

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Reinserção Social de Ex-Reclusos: Um Estudo de Caso

Ana Inês Amorosa de Almeida Ferreira

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria João Pena

Professora Auxiliar, ISCTE– Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

# iscte

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Reinserção Social de Ex-Reclusos: Um Estudo de Caso

Ana Inês Amorosa de Almeida Ferreira

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria João Pena

Professora Auxiliar, ISCTE– Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

“Para Que Não Haja Homem Excluído pelo Homem”

Papa João Paulo II (1920-2005)

*Aos meus avós maternos que, mesmo sem compreenderem bem a importância desta Dissertação, sempre me apoiaram.*

*Aos meus avós paternos que, estejam eles onde estiverem, sei que estiveram sempre comigo.*

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer à Professora Doutora Maria João Pena que, desde o meu primeiro dia da Licenciatura em Serviço Social no ISCTE se destacou como uma professora de excelência e preocupada com os seus alunos. Sem a sua orientação, apoio e incentivo não teria sido possível terminar a minha investigação.

Agradeço também a todos os professores da Licenciatura e Mestrado em Serviço Social que, de alguma forma contribuíram com o seu saber para a minha formação. O ISCTE foi casa durante 5 anos e não poderia ter escolhido melhor instituição académica.

Gostaria de agradecer também a todos os entrevistados que colaboraram na minha investigação e à instituição que tão bem me recebeu. Sem me conhecerem acolheram-me naquela que é a vossa “casa”, aqueceram o meu coração e acalmaram o meu nervosismo com um sorriso e palavras de encorajamento. Muito obrigada!

À minha família, por nunca me terem deixado cair. À minha mãe... obrigada por todos os dias em que chegava do trabalho cansada e ainda tinha paciência para se sentar comigo no escritório. Por todas as palavras de incentivo e por ter estado sempre a meu lado. Ao meu pai... por me ter (quase) obrigado a inscrever no Mestrado, na esperança de um futuro melhor. Por todas as vezes em que me disse: “Claro que és capaz!”. À minha irmã... por todas as vezes que lhe liguei ou mandei mensagem a chorar porque me sentia esgotada e sem forças para continuar. Por toda a paciência e por nunca me ter negado qualquer tipo de ajuda.

Ao Guilherme pelo amor e tranquilidade. Por todas as lágrimas que limpaste e por todos os abraços reconfortantes que me deste. Obrigada pela preocupação, pela motivação e por todo o apoio. Obrigada por mesmo com todos os altos e baixos nunca deixares de acreditar em mim.

Aos meus amigos mais chegados que, apesar da minha ausência, apesar de todos os cafés que ficaram por tomar e de todos os jantares que não chegaram a acontecer, nunca me abandonaram e me foram dando palavras de conforto.

Às minhas amigas do ISCTE por tudo o que vivemos juntas. Em 5 anos de amizade, partilhamos trabalhos de grupo, sessões de estudo, aulas que pareciam não ter fim, quintas-feiras académicas e loucuras que vão ficar para sempre. Não podia ter tido melhores companheiras de curso. Hoje em dia com vidas muito diferentes, mas quero que saibam que cada uma de vocês tem um lugar especial no meu coração. Obrigada por tudo!

Um agradecimento especial a ti, Tami... por teres ouvido as minhas dúvidas e inseguranças, por me teres orientado quando me sentia perdida e por me teres feito acreditar que era possível.

Por fim, agradecer a mim. Por todas as horas dedicadas a este trabalho. Por apesar de todas as dificuldades e dias difíceis, ter continuado com determinação e nunca ter desistido.

A todos vocês... obrigada por terem feito parte desta caminhada!



## **Resumo**

O título da presente Dissertação de Mestrado em Serviço Social é *“Reinserção Social de Ex-Reclusos: Um Estudo de Caso”*. Esta pretende, através de um estudo qualitativo, compreender a perceção de nove ex-reclusos relativamente ao seu processo de Reinserção Social no Estabelecimento Prisional, bem como a sua organização na comunidade, nomeadamente numa instituição que promove a sua Reinserção Social e previne a reincidência criminal. Este estudo incide também na perceção de cinco profissionais da instituição, relativamente à sua intervenção refletindo a partir das suas áreas disciplinares as áreas de intervenção privilegiadas pela instituição.

A recolha de informação ocorreu presencialmente, nas instalações da instituição, através da realização de entrevistas. Foram realizadas 14 entrevistas que foram, posteriormente, transcritas e analisadas através da utilização do programa MAXqda.

Na conclusão, o presente estudo sistematiza as respostas mais relevantes dadas pelos entrevistados, procurando responder tanto à pergunta de partida como aos objetivos específicos definidos pela investigadora. Sendo esta dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado em Serviço Social, a investigadora procura ainda analisar o impacto dos dados recolhidos na intervenção e na relação com o Serviço Social.

Desta forma, ao longo do presente estudo, foi possível dar voz aos ex-reclusos entrevistados que, de livre vontade, aceitaram participar neste estudo, dando-nos a conhecer a sua experiência relativamente às várias dimensões que devem ser trabalhadas durante e após o cumprimento da pena para que o sujeito se sinta, realmente, (re)inserido na sociedade.

**Palavras-chave:** Ex-reclusos; Estabelecimentos Prisionais; Criminologia; Reinserção Social.



## **Abstract**

The title of this Master's Dissertation in Social Work is "*Social Reintegration of Ex-Prisoners: A Study Case*". Through a qualitative study, it aims to understand the perception of nine ex-prisoners regarding their social reintegration process, both within the prison and their organization in the community, particularly in an institution that promotes their social reintegration and prevents criminal recidivism. This study also focuses on the perception of five of the institution's professionals regarding their intervention, systematizing their disciplinary areas and the areas of intervention privileged by the institution.

The information was collected in person, at the institution's facilities, through interviews. A total of 14 interviews were conducted, were then transcribed and analyzed using the MAXqda program.

In the conclusion, this study systematizes the most relevant answers given by the interviewees, answering both the starting question and the specific objectives defined by the researcher. As this dissertation within the scope of the Master's Degree in Social Work, the researcher also seeks to analyze the impact of the data collected on the intervention and the relationship with Social Work.

Throughout this study, it was possible to give a voice to the ex-prisoners interviewed who willingly agreed to take part in this study, giving us an insight into their personal experience of the various dimensions that need to be worked on during and after serving their sentence so that the individual really feels (re)inserted into society.

**Keywords:** Ex-prisoners; Prisons; Criminology; Social Reintegration.

## **Glossário de Siglas**

C – Cliente

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

IFSW - International Federation of Social Workers

PIR – Plano Individual de Readaptação

T – Técnico

## Índice

Agradecimentos .....	v
Resumo.....	vii
Abstract .....	ix
Glossário de Siglas .....	x
Índice de Quadros .....	xiii
Índice de Figuras.....	xiv
Introdução .....	1
Capítulo I – Estado da Arte .....	3
1.1 Criminologia .....	3
1.2 A Prevenção do Crime .....	3
1.3 Reinserção Social VS. Reabilitação social .....	4
1.4 Contexto: Família, Vizinhança e Escola .....	5
1.4.1 Dimensão: Família.....	5
1.4.2 Dimensão: Vizinhança .....	5
1.4.3 Dimensão: Escola .....	5
1.5 Enquadramento Legal .....	6
Capítulo II – Quadro Teórico/Analítico.....	8
2.1 A Promoção da Reinserção Social em Contexto Prisional.....	8
2.2 Dimensões da Reinserção Social em Contexto Prisional.....	8
2.3 Plano Individual de Readaptação (PIR).....	8
2.4 Atividades de Apoio à Reintegração Social Desenvolvidas em Contexto Prisional.....	9
2.4.1 Ensino e Formação Profissional .....	9
2.4.2 Trabalho .....	10
2.4.3 Cultura.....	10
2.4.4 Desporto .....	10
2.5 Principais Dimensões da Reinserção Social.....	11
2.5.1 Educação e o Mercado de Trabalho.....	11
2.5.2 Saúde .....	12
2.5.3 Habitação .....	12
2.5.4 Família e Relações Sociais de Apoio.....	13
Capítulo III – Metodologia .....	14
3.1 Estratégia e Método de Investigação.....	14
3.2 Campo Empírico e Amostra da Investigação.....	14

3.3 Técnica de Recolha e Análise de Dados .....	15
3.4 Limitações e Constrangimentos .....	17
3.5 Dimensão Ética da Investigação .....	18
Capítulo IV - Análise e Discussão de Resultados .....	19
4.1 Caracterização dos Entrevistados .....	19
4.2 Análise e Discussão dos Resultados .....	20
4.2.1 Perceção dos Ex-reclusos relativamente à Intervenção nos Estabelecimentos Prisionais.....	20
4.2.2 Perceção dos Ex-reclusos relativamente à intervenção da Instituição .....	26
4.2.3 Perceção dos Técnicos da Instituição .....	30
4.2.4 Plano de Acompanhamento Individual dos Sujeitos de Intervenção .....	36
4.2.5 Sensibilização da Comunidade.....	38
Conclusão .....	40
Referências Bibliográficas .....	42
Anexos.....	45

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 -Características da Criminologia.....	3
Quadro 2 - Critérios de Seleção dos Entrevistados .....	14
Quadro 3 - Quadro Teórico das Entrevistas aos Ex-reclusos.....	15
Quadro 4 - Caracterização dos Sujeitos de Intervenção.....	19
Quadro 5 - Caracterização dos Técnicos da Instituição.....	19
Quadro 6 - Citações dos Ex-reclusos relativas ao Apoio da Instituição na Área do Trabalho .....	27

## Índice de Figuras

Figura 1 - Percurso Escolar dentro do Estabelecimento Prisional.....	21
Figura 2 - Atividade Laboral dentro do Estabelecimento Prisional .....	22
Figura 3 - Contacto com a Cultura e Desporto dentro do Estabelecimento Prisional .....	23
Figura 4 - Acompanhamento no âmbito da Saúde dentro do Estabelecimento Prisional .....	25
Figura 5 - Contacto com a família durante o tempo de reclusão .....	26
Figura 6 - Acompanhamento da Instituição no âmbito da Saúde .....	28
Figura 7 - Atividades de Cultura, Lazer e Desporto na Instituição .....	30
Figura 8 - Características Cruciais na Relação Técnico-Sujeito.....	31
Figura 9 - Obstáculos à Intervenção dos Técnicos da Instituição.....	32
Figura 10 - Áreas de Intervenção Privilegiadas na Instituição.....	33
Figura 11 - Melhorias na Intervenção da Instituição.....	36
Figura 12 - Sensibilização da Comunidade .....	38

## **Introdução**

O presente estudo, “Reinserção Social de Ex-Reclusos: Um Estudo de Caso”, foi realizado para a obtenção de grau Mestre em Serviço Social, pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tendo como pergunta de partida: “De que forma os ex-reclusos percebem o processo de Reinserção Social no Estabelecimento Prisional e como este está organizado na comunidade?”.

O processo de Reinserção Social visa, para além de outros objetivos, a diminuição da reincidência criminal, garantindo que, depois de cumprirem as suas penas, os ex-reclusos possam viver a sua vida com dignidade, sendo eles indivíduos com direito ao seu bem-estar e à sua liberdade (Amaro, 2019). Desta forma, o presente estudo de caso tem como objetivo geral compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente à intervenção feita em contexto prisional e na comunidade.

O presente estudo de caso tem como campo empírico uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) no âmbito da Reinserção Social de ex-reclusos, localizada na Área Metropolitana de Lisboa. Esta instituição tem como principal foco a inclusão psico-sócio-profissional de sujeitos que têm ou tiveram problemas com a justiça, promovendo a mudança de comportamentos e a autonomia a nível pessoal e profissional, prevenindo a reincidência criminal.

Para a presente investigação foram selecionadas amostras não probabilísticas por acessibilidade, sendo estas selecionadas pela instituição. Numa primeira fase a investigadora realizou entrevistas aos ex-reclusos acompanhados pela instituição em causa, com o objetivo de compreender a sua perceção relativamente tanto à intervenção/acompanhamento que tiveram nos Estabelecimentos Prisionais como da instituição de Reinserção Social que os auxilia neste momento. Numa segunda fase a investigadora entrevistou ainda alguns profissionais da equipa técnica da instituição, com o intuito de sistematizar as áreas de intervenção privilegiadas pela instituição, bem como a perceção dos profissionais relativamente à intervenção da instituição.

No primeiro capítulo – Estado da arte – a investigadora foca-se, primeiramente, no conceito de criminologia e na sua prevenção. De seguida é feita a distinção entre o conceito de Reinserção e Reabilitação social, clarificando-os. Por fim, são destacadas três dimensões cruciais na vida dos indivíduos: família, vizinhança e escola (Núncio, 2019).

No capítulo II – Quadro teórico/analítico – a investigadora considerou ser indispensável haver uma análise às dimensões da Reinserção Social consideradas em contexto prisional e de que forma é que estas estão organizadas durante o cumprimento da pena dos reclusos. Para isso a investigadora desafiou-se a fazer uma pesquisa intensiva sobre o Plano Individual de Readaptação (PIR), com o intuito de compreender se este é efetivamente posto em prática e se aborda as dimensões cruciais a serem trabalhadas em contexto prisional de forma a garantir uma Reinserção Social de sucesso.

Já no capítulo III – Metodologia – faz-se uma descrição da lógica, do método e da estratégia da investigação, do campo empírico (universo e amostra) e ainda das técnicas de recolha e tratamento de dados (entrevistas e análise de conteúdos). Ainda neste capítulo a investigadora faz referência às limitações e constrangimentos que sentiu ao longo do processo e à dimensão ética da investigação.

No capítulo IV – Análise e discussão de resultados – a investigadora apresenta uma análise dos dados recolhidos durante as entrevistas aos ex-reclusos e aos profissionais da instituição. Este capítulo inicia-se com uma caracterização dos entrevistados – sujeito de intervenção e técnicos da instituição – e, de seguida, apresenta a discussão dos resultados dividido por temáticas.

Por fim, na conclusão, a investigadora procura responder ao objetivo geral - compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente à intervenção feita em contexto prisional e na comunidade - e aos objetivos específicos da sua investigação - Compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente ao trabalho desenvolvido em contexto prisional; Compreender a participação do ex-recluso no seu processo de Reinserção Social; Identificar as áreas disciplinares da Equipa Técnica que trabalham diretamente com os ex-reclusos; e Sistematizar as áreas de intervenção que são privilegiadas pela instituição no processo de Reinserção Social.

## Capítulo I – Estado da Arte

### 1.1 Criminologia

A criminologia é a ciência que estuda o crime, as suas origens e a resposta da sociedade perante o fenómeno da criminalidade. Este termo foi apresentado, pela primeira vez, pelo antropólogo francês Topinard (1830-1911), no ano de 1879. A reflexão e preocupação sobre as causas que estão na origem do comportamento criminal, deu origem, desde o século XVIII, a uma necessidade de uma abordagem científica do fenómeno, tendo em vista a compreensão e a solução do problema social do crime. (Amaro, 2019).

A criminologia destaca-se, assim, por ser uma ciência empírica e interdisciplinar que se dedica à análise do crime, do infrator, da vítima e do controlo social. O seu objetivo é fornecer informações válidas e abrangentes sobre a origem, a dinâmica e os principais fatores do crime, considerando-o tanto um problema individual quanto social. A criminologia, tem foque ainda em programas eficazes de prevenção do crime, técnicas positivas de intervenção no infrator e os diferentes modelos ou sistemas de resposta ao crime (Santos, 2019).

Quadro 1 -Características da Criminologia

Criminologia		Características
	Método	Empirismo e interdisciplinaridade
	Objeto	Análise do crime, do delinquente, da vítima e do controlo social
	Funções	Explicar e prevenir o crime, intervir sobre o delinquente e avaliar os diversos modelos de resposta ao crime

Fonte: Elaboração própria a partir de Molina, 2016 citado por Santos, 2019

### 1.2 A Prevenção do Crime

Podemos definir prevenção como *qualquer atividade levada a cabo por um indivíduo ou grupo, privado ou público, com o objetivo de evitar um ou vários atos criminais* (Brantingham & Faust, 2012 citado por Amaro, 2019).

- ✓ **Prevenção primária** - Abrange todas as ações que visam evitar a ocorrência de crimes. Para alcançar esse objetivo, é necessário ter um bom conhecimento das causas dos diferentes tipos de crimes, a fim de agir de forma eficaz sobre elas. Portanto, a prevenção primária baseia-se no conhecimento teórico sobre o crime e sobre os resultados da investigação em criminologia. No entanto, a prevenção primária enfrenta duas dificuldades distintas. A primeira é que nem sempre é possível ter total conhecimento acerca das verdadeiras causas do crime, tornando difícil agir eficazmente sobre estas. A segunda é que mesmo conhecendo as causas do crime, nem sempre

existem recursos suficientes, tanto humanos como materiais, de forma a implementar programas de prevenção. (Amaro, 2019).

- ✓ **Prevenção secundária** – Ocorre após a identificação dos atos criminosos. Cada sociedade estabelece as medidas a serem tomadas nesses casos, o que envolve diferentes respostas do sistema de justiça. O indivíduo que cometeu o crime pode ser sujeito a várias medidas, como uma pena de prisão, cujo objetivo é proteger a sociedade de futuros crimes cometidos pelo mesmo indivíduo e, assim, contribuir para a coesão social e o respeito pela lei (Amaro, 2019).
- ✓ **Prevenção terciária** – Ocorre após o término da pena pelo crime praticado. Consiste em um conjunto de ações que têm como objetivo a reabilitação do indivíduo infrator, de modo que ele possa ser reintegrado na sociedade como um cidadão que respeita a lei, prevenindo, assim, a ocorrência de novos comportamentos desviantes (Amaro, 2019).

### **1.3 Reinserção Social VS. Reabilitação social**

Um dos grandes objetivos do acompanhamento prestado durante o cumprimento da pena em estabelecimento prisional deve ser uma Reinserção Social de excelência que evite a exclusão social dos ex-reclusos. Muitas vezes este processo de Reinserção Social subentende outros processos necessários para uma reinserção de qualidade, como é exemplo a reabilitação social. Desta forma, torna-se crucial definir estes dois conceitos.

A Reinserção Social é um conjunto de princípios e de práticas que têm como objetivo reintegrar na sociedade ex-reclusos. Isto é, conseguir que o ex-recluso volte a fazer parte da sociedade como um cidadão cumpridor da lei, dotado de direitos e cooperando para o bem-estar da comunidade e para o seu próprio bem-estar (Amaro, 2019, p. 16). O processo de Reinserção Social é de longa duração deve ser implementado de forma multidisciplinar, uma vez que, para que este processo tenha sucesso, deverá ser um culminar de várias intervenções feitas por diferentes profissionais de diversas áreas profissionais.

Para que seja possível haver uma Reinserção Social de sucesso, é necessário que se verifique, primeiramente, uma reabilitação. Amaro (2019, p.17) define a reabilitação como um “processo pelo qual o indivíduo adquire as atitudes, comportamentos e competências necessárias à sua reinserção na sociedade, de forma digna e responsável, de modo a não reincidir criminalmente”. Neste processo incluímos o acompanhamento e tratamento psíquico e, se necessário, a cura de dependência de álcool e drogas. Também o desenvolvimento de competências pessoais, de formação profissional e académica estão incluídas neste processo de reabilitação.

Como referido anteriormente, o processo de Reabilitação Social apela a que os indivíduos adquiram atitudes, comportamentos e competências necessárias de forma a viverem em harmonia na

sociedade, havendo, assim, uma Reinserção Social. A Reabilitação Social é imprescindível porque, muitas vezes, estes indivíduos vivem sem terem consciência das normas sociais ou simplesmente, tendem a conduzir a sua vida para comportamentos desviantes, devido a diversos fatores. Assim, após haver uma reabilitação social, o individuo estará pronto para se reinserir na sociedade.

#### **1.4 Contexto: Família, Vizinhança e Escola**

Núncio (2019) alerta-nos para uma urgente clarificação dos conceitos: reinserção e inserção. O prefixo “re-” no conceito “inserção” orienta a nossa intervenção para uma intervenção com o objetivo de restaurar a situação social que existia anteriormente à prática do crime. No entanto, para se falar em reinserção é necessário ter a certeza de que o conceito de inserção social se adequa às vivências do sujeito a quem nos dirigimos.

Núncio (2019), refere-se à família, à vizinhança e à escola como as grandes instituições socializadoras. A estas cabe a “transmissão de valores normativos, de limites e regras de conduta”. No entanto, a autora afirma que, muitas vezes, nenhuma destas instituições foi eficaz no percurso de vida destes indivíduos.

##### **1.4.1 Dimensão: Família**

No que diz respeito ao contexto familiar estas são, por norma, famílias marcadas por instabilidade e precariedade das dinâmicas familiares, por situações de violência ou de delinquência. Geralmente, estas vivem na ausência ou indefinição de regras, o que afeta tanto o seio da família como o plano das relações que os membros da mesma estabelecem com o exterior. Há, assim, desde cedo, uma rotura no processo de socialização, uma vez que o espaço familiar não favorece a aprendizagem, a interiorização de limites e a adequação dos comportamentos ao padrão vigente na sociedade (Núncio, 2019, p. 25).

##### **1.4.2 Dimensão: Vizinhança**

À dimensão família, junta-se o espaço envolvente onde estas habitam, a vizinhança, uma vez que a concentração destes indivíduos é, geralmente, em zonas e bairros sinalizados, geralmente nas periferias das grandes cidades portuguesas. Este sentimento de vizinhança reforça a marginalização, visto que estas comunidades tendem a ser muito fechadas. Este grupo de pares torna-se, assim, a referência comportamental e que acaba por levar à adoção e afirmação de condutas desviantes (Núncio, 2019).

##### **1.4.3 Dimensão: Escola**

A autora destaca a escola como uma possível forma de contrariar a trajetória de vida destes indivíduos, afirmando que esta podia ser vista “como um espaço contendor e regulador, favorecendo essa aprendizagem de normas e regras promovendo a interiorização de limites” (Núncio, 2019, p.25).

No entanto, a maioria das vezes, a escola acaba por se tornar em mais um dos espaços onde a exclusão social é notória (Xiberras, 1996 citado por Núncio 2019).

Segundo alguns autores, o sistema de ensino que parece estar concebido para o “aluno-padrão”, sendo todo o sistema escolar direcionado para o mesmo, sendo este “um aluno de classe média, com acesso a alguns recursos materiais e de saber, pertencente à maioria ética, linguística e religiosa do país onde se encontra” (Núncio, 2019, p. 26). Desta forma, ficam excluídos todos aqueles que se desviam desta descrição.

A rede de relações desta população caracteriza-se, assim, por ser bastante fechada e homogênea, sendo frequente que as relações que estes indivíduos estabelecem e os espaços que eles frequentam sejam em conjunto com sujeitos que apresentam também eles comportamentos desviantes, como a prática do crime (Núncio, 2019).

Com baixos níveis de escolarização, pouco qualificados e com fracas competências sociais, assim como um reduzido leque de valores e regras de conduta, estes sujeitos atingem a maioria, sem nunca terem estado verdadeiramente inseridos na sociedade (Núncio, 2019).

### **1.5 Enquadramento Legal**

O atual Código Penal Português foi aprovado em 1982 pelo Decreto-Lei nº 400/82 e reformulado em 1995 pelo Decreto-Lei nº 48/95. O Código Penal destaca-se como um diploma fundamental no sistema penal do país, sendo este um guia no edifício criminal, em conjunto com a Constituição da República Portuguesa (Santos, 2019).

O sistema de sanções criminais do atual sistema punitivo imposto pelo Código Penal é constituído por um leque de penas e medidas que são aplicáveis aos condenados, maiores de 16 anos (DGRSP, 2023). Deste leque podemos destacar as penas não privativas de liberdade – multa; suspensão de execução da pena de prisão; a prestação de trabalho a favor da comunidade; e a admoestação – e a pena privativa de liberdade – prisão. Para além de penas, o sistema punitivo engloba ainda um conjunto de medidas como a medida de segurança privativa da liberdade – internamento para inimputáveis - e as medidas de segurança não privativas da liberdade – como são exemplo a suspensão da execução do internamento e a liberdade para prova.

Durante grande parte da história da humanidade, a prisão foi encarada como um espaço de “castigo e esquecimento”, sendo vista, muitas vezes, como uma maneira de exercer violência sobre os sujeitos, para que lhes fosse “retribuída” a violência implícita na prática do crime que haviam cometido. Para além do seu objetivo de punição, a prisão tinha ainda a intenção de retirar da sociedade

“elementos perigosos ou danosos”, protegendo aqueles que viviam de acordo com a ordem social. (Núncio, 2019).

Com o passar dos tempos, o cumprimento de uma pena em contexto prisional foi alargando os seus objetivos e, mesmo sem esquecer as suas funções punitivas, surge uma nova função das penas privativas da liberdade: a Reinserção Social, passando esta a ser o principal pressuposto da aplicação das penas (Núncio, 2019). O Estado deve ser a principal instituição promotora de condições para uma ressocialização de sucesso – entende-se por ressocialização “o processo de reaprendizagem das normas e das sanções sociais que permitem ao individuo temporariamente afastado da sociedade voltar a ser aceite como um dos seus membros” (Amaro, 2019, p. 18).

O cumprimento dos objetivos estipulados durante o cumprimento da pena e um projeto de Reinserção Social bem-sucedido, levará a uma diminuição da reincidência na prática do crime, o que refletirá o progresso social, intelectual e das suas capacidades do individuo em causa, o que resultará numa sociedade mais segura e com menos taxas de criminalidade (Núncio, 2019).

O Decreto-Lei nº 51/2011 de 11 de abril, aprova o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Este documento visa regulamentar o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade – aprovado pela Lei nº 115/2009, de 12 de outubro e atualizado até à Lei nº 27/2019 de 28 de março. Segundo a exposição de motivos da proposta de lei que lhe deu origem, o Código “contém os princípios fundamentais da execução das penas e medidas privativas da liberdade, pretendendo-se que venha a ser regulamentado por um Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, apto a garantir uma aplicação homogênea da lei em todo o sistema prisional” (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril)

Desta forma, o Regulamento mencionado anteriormente, aplicável a todos os estabelecimentos prisionais, garante uniformidade e igualdade na aplicação da regulamentação penitenciária no conjunto do sistema prisional (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril)

Este Regulamento aborda, entre outras questões, os seguintes temas: Procedimentos de admissão nas prisões, transferência de reclusos entre estabelecimentos prisionais, saídas e transporte de reclusos, definição dos equipamentos e objetos presentes nos espaços de alojamento e condições de uso, condições de utilização das instalações para atividades diárias, normas relativas ao vestuário, regulamentação da receção de alimentos provenientes do exterior, regras para visitas a reclusos, procedimentos de recebimento e envio de encomendas, estabelecimento de incentivos à educação e formação, condições de organização de atividades socioculturais e desportivas e colaboração com instituições privadas e organizações de voluntários.

## **Capítulo II – Quadro Teórico/Analítico**

### **2.1 A Promoção da Reinserção Social em Contexto Prisional**

O Decreto-Lei nº215/2012, de 28 de setembro, criou a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRS) e esta é a entidade que está encarregue da Reinserção Social. Neste Decreto-Lei, no Artigo 3º, encontram-se enumeradas as atribuições da DGRS. Consta na alínea g, do mesmo artigo, que a DGRS deve: *Promover a dignificação e humanização das condições de vida nos centros educativos e estabelecimentos prisionais, visando a Reinserção Social, designadamente através da prestação de cuidados de saúde, do ensino, da formação profissional, do trabalho, de iniciativas de carácter cultural e desportivo, da interação com a comunidade e outras que permitam o desenvolvimento da personalidade* (Decreto-Lei nº 215/2012, de 28 de setembro, art.º 3º, alínea g).

Desta forma, o trabalho de Reinserção Social do recluso começa aquando da sua entrada no estabelecimento prisional. Como refere o Decreto-Lei mencionado anteriormente, os estabelecimentos devem proporcionar condições dignas e humanas, nunca esquecendo os Direitos Humanos que têm de ser garantidos.

O processo de Reinserção Social no qual os reclusos passam durante a sua estadia no estabelecimento prisional confronta-se com inúmeros obstáculos que podem condicionar o sucesso deste processo, levando, posteriormente, a uma reincidência na prática do crime (Núncio, 2019).

Núncio (2014), constata que a elevada taxa de reincidência decorre da eficácia das medidas que visam promover a reintegração social após o cumprimento de uma pena de prisão e/ou da sua falta de adequação às expectativas.

### **2.2 Dimensões da Reinserção Social em Contexto Prisional**

Núncio (2019), do ponto de vista legal e institucional, dividiu a Reinserção Social dos indivíduos em pena privativa da liberdade, em oito dimensões: 1. Planeamento do percurso de reclusão de cada indivíduo – Plano Individual de Readaptação (PIR); 2- Promoção da participação ativa dos reclusos; 3- Aplicação de medidas de flexibilização da pena; 4- Formação profissional e educação; 5- Formação social; 6- Promoção da (re)constituição de redes sociais de apoio; 7- Abandono de comportamentos aditivos; 8- Preparação para a Liberdade.

### **2.3 Plano Individual de Readaptação (PIR)**

Um dos instrumentos utilizados na intervenção dos Técnicos de Reinserção Social - responsáveis pelo trabalho em terreno externo e do qual vêm os dados relativos às questões da família, das condições habitacionais e económicas e do meio social do reclusos (Pontes, 2015) – é o Plano Individual de Readaptação, de acordo com a Lei nº 115/2009 de 12 de Outubro, Artigo 21º é possível

constatar que este instrumento “visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior”. O PIR é de cariz obrigatório para todos os reclusos com menos de 21 anos de idade ou sempre que a pena, a soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano. (Artigo nº 21 alíneas nº1 e nº2)

O PIR é desenvolvido em contexto prisional e visa auxiliar o processo de Reinserção Social do recluso. A realização do PIR deve ser considerada como um processo contínuo uma vez que, embora elaborado no início do cumprimento da pena de prisão, este deve ser ajustado. Este ajuste tem em conta a realidade do recluso, tendo por base um diagnóstico inicial de necessidades (englobando áreas específicas), a avaliação do recluso, os objetivos, as ações a desenvolver e a estimativa previsível do tempo para a sua aplicação (Pontes, 2015).

Em suma, o objetivo do PIR é traçar um plano individualizado para cada recluso nas suas seis áreas: 1- Competências Básicas; 2- Competências Pessoais e Sociais; 3- Saúde; 4- Socio Familiar e Comunitária; 5- Preparação para a Liberdade; 6- Adesão ao Plano. Este deve ser elaborado pela equipa multidisciplinar e pelo recluso, de acordo com as necessidades individuais de cada sujeito.

## **2.4 Atividades de Apoio à Reintegração Social Desenvolvidas em Contexto Prisional:**

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) dispõem de atividades de apoio à reintegração social em contexto prisional, através de protocolos e do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) – estas constituem uma rede de apoio social com o objetivo de preparar a saída do recluso, através da implementação de programas de apoio.

### **2.4.1 Ensino e Formação Profissional**

Nos estabelecimentos prisionais, o ensino/formação dos reclusos é assegurado nos termos do Despacho-Conjunto nº451/1999, publicado no Diário da República nº127 de 1 de junho de 1999.

Nos estabelecimentos prisionais, o ensino é organizado em conexão com a formação profissional e outras atividades que têm como objetivo preparar o recluso para a reintegração na sociedade, levando em consideração a avaliação das necessidades e riscos individuais de cada recluso, conforme estabelecido pelo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Lei n.º 115/2009).

Além dos cursos de nível básico e secundário, de acordo com a mesma legislação, o projeto educativo dos estabelecimentos prisionais pode incluir atividades extracurriculares e outros tipos de cursos que vão além do currículo escolar. Estes cursos abrangem áreas como o Programa de Formação

em Competências Básicas, Português para Estrangeiros, Educação para a Cidadania, Artes Visuais, Música e Desporto. (DGRPS, 2023)

A formação profissional desempenha um papel crucial na promoção da reintegração social dos reclusos e na prevenção da reincidência criminal. Esta é, principalmente, assegurada pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça ou através de acordos com outras entidades externas para o mesmo propósito. Nesses casos, essas entidades, em estreita colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais apresentam, candidaturas a programas operacionais específicos financiados pelo Fundo Social Europeu. (DGRPS, 2023)

#### **2.4.2 Trabalho**

A intervenção desenvolvida em contexto prisional no âmbito do trabalho, pretende capacitar e desenvolver as habilidades e competências dos reclusos, de forma que estes consigam uma integração no mercado de trabalho após o término da sua pena, explorando o potencial de cada indivíduo (DGRPS, 2023).

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais tem estabelecido Protocolos/Acordos de Cooperação com entidades empregadoras do setor público e privado, com o intuito de alargar e diferenciar as oportunidades de trabalho. À semelhança do que acontece na formação profissional, também na área do trabalho as entidades interessadas em colaborar diretamente com a DGRSP devem preencher formulários disponíveis na Bolsa de Trabalho Prisional, mostrando a sua disponibilidade. (DGRPS, 2023)

#### **2.4.3 Cultura**

A promoção da dimensão sociocultural no ambiente prisional tem sido uma prática crescente, com um aumento significativo nos últimos anos da participação da comunidade externa em diversas iniciativas realizadas tanto pelos Estabelecimentos Prisionais como pelos Serviços Centrais. Essas iniciativas abrangem uma variedade de eventos em áreas como música, teatro, artes plásticas, exposições, palestras e publicação de jornais. O objetivo da implementação e dinamização dessas atividades é desenvolver nos indivíduos, privados de Liberdade, valores sociais, éticos, estéticos e humanistas que contribuam para o aprimoramento de suas habilidades e potencialidades. (DGRPS, 2023)

#### **2.4.4 Desporto**

O desporto é, cada vez mais, uma ferramenta crucial na intervenção em contexto prisional. Esta atividade mantém os indivíduos ocupados, proporcionando momentos de descontração, sendo

considerado como uma estratégia técnica e pedagógica para incentivar um estilo de vida saudável, tendo um impacto direto no bem-estar físico e emocional dos reclusos. Trabalhando as emoções dos reclusos através do desporto, consegue-se atingir outros objetivos importantes para o bom funcionamento do estabelecimento como uma redução de possíveis conflitos, o que contribui para a segurança geral do ambiente penitenciário. (DGRPS, 2023)

O Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional (CCGPATP) está encarregue por organizar e disponibilizar projetos desportivos, apoiando, acompanhando e supervisionando a organização de atividades desportivas das equipas constituídas pelos reclusos. (DGRPS, 2023)

A nível regional e nacional destacam-se atividades como o Torneio Nacional Prisional de Andebol, a Competição de Rugby e a Taça Nacional Prisional de Futsal, para além das atividades desportivas regulares realizadas nos estabelecimentos prisionais (DGRPS, 2023).

## **2.5 Principais Dimensões da Reinserção Social**

As principais dimensões da Reinserção Social vão de encontro às atividades de reintegração social desenvolvidas nos Estabelecimentos Prisionais. O processo de Reinserção Social visa uma reinserção dos sujeitos, com vista à reintegração. Desta forma, para que os sujeitos estejam verdadeiramente integrados na sociedade, estes devem ter asseguradas as seguintes dimensões: Educação e o Mercado de Trabalho; Saúde; Habitação; Rede de suporte; Cultura e o lazer; entre outros. Estas dimensões são cruciais serem trabalhadas tanto durante como no pós pena.

### **2.5.1 Educação e o Mercado de Trabalho**

É sabido que, tendencialmente, o sucesso escolar ajuda a reduzir o risco de desemprego, enquanto um percurso escolar fraco que conduz a um baixo nível de habilitações e a uma qualificação profissional enfraquecida poderá levar a uma situação de exclusão (Borba & Lima, 2011).

Um individuo, estando inserido no mercado de trabalho, terá um envolvimento muito maior na sociedade, sendo o trabalho uma via de inclusão social, uma vez o emprego traz inúmeros benefícios para o individuo como “a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício da cidadania.” Por sua vez, uma situação de desemprego, em particular se esta se prolongar por um período considerável, poderá causar “danos psicossociais, tais como a perda de competência e autoestima” (COM, 2003 & Silva, 2008 citado por Borba & Lima, 2011).

O trabalho desenvolvido em contexto prisional, como a possibilidade de prosseguir estudos, de participar em ações de formação profissional e de ter experiências no âmbito laboral, destacam-se como uma mais-valia para o pós pena dos sujeitos. Estas atividades desenvolvidas no Estabelecimento Prisional fazem com que o sujeito tenha a oportunidade de trabalhar e/ou aperfeiçoar as suas

habilidades, procurando condições para que este seja reinserido na sociedade através das suas competências que lhe darão ferramentas para o mercado de trabalho. Estas ações desenvolvidas com e para o recluso devem contribuir para que este seja visto como um sujeito dotado de aptidões e não pelo facto de ser ex-presidiário, sendo muitas vezes este o primeiro “cartão de visita”, fruto de estereótipos e medos relacionados a esta população e ao seu passado. (Ermida, 2018)

Dois programas de apoio à área em causa são os apoios à contratação do IEFP e os Protocolos/Acordos de cooperação dinamizados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

### **2.5.2 Saúde**

O estilo de vida e o acesso aos cuidados de saúde de um indivíduo são fatores que estão diretamente ligados ao facto de uma pessoa ser ou não saudável. A exclusão social pode ser desencadeada por problemas de saúde, assim como pode também agravá-los (Eurostat, 2010 citado por Borba & Lima, 2011).

Aquando da saída em liberdade é determinante que estes cuidados médicos continuem a ser disponibilizados e assegurados. Dados que os acessos a serviços de saúde promovem comportamentos saudáveis que levarão a um bem-estar físico e mental do indivíduo que consequentemente influenciará as suas relações interpessoais e o seu desempenho nas várias áreas. Quando o indivíduo é libertado, os serviços clínicos tomam conhecimento do término da pena e devem comunicar tal informação, de imediato, ao centro de saúde onde está inscrito o recluso e, caso este autorize, enviar o relatório clínico (Artigo nº33, alínea 7 do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais). Este procedimento fará com que o sujeito continue o seu acompanhamento médico.

Caso o sujeito não esteja ainda inscrito no Serviço Nacional e Saúde este deve dirigir-se ao centro de saúde da sua área de residência de forma a obter um número de utente e ter direito aos serviços e cuidados dispensados pelo Serviço Nacional de Saúde.

### **2.5.3 Habitação**

É possível encontrar, no site da Câmara Municipal de Lisboa, programas de habitação, onde são disponibilizados um leque de programas municipais de acesso à habitação: Programa Renda Acessível, Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível, Programa de Arrendamento Apoiado e Habitar Centro Histórico. Estes programas de arrendamento regem-se pelo novo Regulamento Municipal do Direito à Habitação de Lisboa, aprovado em novembro de 2019. Este regulamento visa facilitar o acesso aos programas municipais, simplificando os procedimentos.

A Segurança Social dispõe também de algumas ajudas no âmbito habitacional, é exemplo os serviços sociais destinados ao apoio, tratamento e Reinserção Social de pessoas com comportamentos aditivos. Desta forma, é disponibilizado um alojamento temporário para pessoas que tenham acabado de sair de unidades de tratamento, de centros tutelares, de estabelecimentos prisionais ou de outra instituição da área da justiça e que apresentem dificuldades na sua reintegração familiar, comunitária, escolar ou no mercado de trabalho.

Existem ainda outras organizações não governamentais e instituições de apoio social que apoiam e orientam a vários níveis, incluindo o habitacional, os sujeitos provenientes de estabelecimento prisional. Estes programas podem passar por apoios no arrendamento ou por um projeto de autonomização.

#### **2.5.4 Família e Relações Sociais de Apoio**

Muitas vezes, mesmo antes da entrada para o Estabelecimento Prisional, as redes informais de suporte- como a família, os amigos e a vizinhança – já se encontram esmorecidas. Quando o cenário não é o referido anteriormente e há, efetivamente uma relação entre o indivíduo e as suas redes de apoio, estas relações, principalmente quando a pena a cumprir se estende por um longo período, começam a ficar enfraquecidas, havendo um afastamento progressivo que leva, por exemplo, à diminuição das visitas ao recluso durante o cumprimento da sua pena de prisão (Núncio, 2019).

Um dos objetivos da Reinserção Social nesta dimensão deve passar por fomentar a ligação entre o recluso e a sua rede, as suas pessoas, contribuindo para um apoio por parte destes durante o processo de Reinserção Social do recluso, tanto em termos afetivos, emocionais como até, se necessário e possível, em termos materiais (Núncio, 2019).

## Capítulo III – Metodologia

### 3.1 Estratégia e Método de Investigação

O método de investigação da presente dissertação caracteriza-se por ser um estudo de caso, adotando uma lógica indutiva, aplicando uma estratégia qualitativa. O estudo de caso destaca-se como uma das várias maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais com o objetivo de compreender fenómenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (Yin, 1989).

A pergunta de partida que deu origem a este estudo de caso é “De que forma os ex-reclusos percebem o processo de Reinserção Social no Estabelecimento Prisional e como este está organizado na comunidade surgindo assim um objetivo geral, sendo este compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente à intervenção feita em contexto prisional e na comunidade e, ainda, objetivos específicos como: 1- Compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente ao trabalho desenvolvido em contexto prisional; 2- Compreender a participação do ex-recluso no seu processo de Reinserção Social; 3- Identificar as áreas disciplinares da Equipa Técnica que trabalham diretamente com os ex-reclusos; 4- Sistematizar as áreas de intervenção que são privilegiadas pela instituição no processo de Reinserção Social.

### 3.2 Campo Empírico e Amostra da Investigação

O campo empírico do presente estudo de caso foi uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) no âmbito da Reinserção Social de ex-reclusos, localizada na Área Metropolitana de Lisboa.

Tendo em conta o campo empírico descrito, foi definida uma amostra composta por nove ex-reclusos e cinco profissionais da instituição em causa. Esta amostra caracteriza-se como uma amostra não probabilística por intencionalidade, tendo esta sido selecionada pela instituição de acordo com os critérios apresentados no Quadro 2.

*Quadro 2 - Critérios de Seleção dos Entrevistados*

Entrevistados	Critérios
Sujeitos de intervenção	Ter cumprido pena de prisão Domínio da língua portuguesa
Profissionais	Profissional da área social

Fonte: Elaboração própria, 2023

### 3.3 Técnica de Recolha e Análise de Dados

Recorrendo a entrevistas, como técnica de recolha de dados, pretende-se fazer recolha de dados descritivos através da linguagem do sujeito a ser entrevistado, desta forma, o investigador será capaz de, intuitivamente, compreender a forma como os sujeitos interpretam “aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 2010).

A análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações (Bardin, 2011 citado por Câmara, 2013). Desta forma, a análise de conteúdo será utilizada para interpretação da informação recolhida nas entrevistas.

Para a realização do presente estudo de caso foi utilizada a entrevista semiestruturada. Esta permite que haja uma maior à vontade do entrevistado que, ao ter liberdade para conduzir a sua resposta, poderá acabar por formar respostas mais completas e detalhadas. Esta flexibilidade possibilita que o entrevistador possa ajustar a sua entrevista, com o intuito de tirar o maior proveito das respostas do entrevistado. Adotando uma lógica indutiva, o entrevistado terá a oportunidade de criar o seu próprio raciocínio, respondendo com exemplos concretos acerca da sua experiência. Assim, será possível extrair da entrevista conclusões mais amplas sobre as vivências, as características e as capacidades dos entrevistados.

As entrevistas foram orientadas através de guiões. Como referido anteriormente, para a realização do presente estudo foram realizadas entrevistas aos sujeitos de intervenção (Anexo A) e aos profissionais da instituição (Anexo B).

Com as entrevistas realizadas aos ex-reclusos pretendia-se compreender a sua perceção da intervenção feita dentro do estabelecimento prisional e da intervenção da instituição que os auxilia, agora, no seu processo de Reinserção Social. Para a primeira parte, e de forma a explorar a intervenção feita com cada sujeito dentro do Estabelecimento Prisional, foi utilizado o Plano Individual de Readaptação como suporte para identificar as áreas privilegiadas na preparação do recluso para a sua liberdade. De forma a chegar às questões a colocar aos ex-reclusos durante as entrevistas, foram seleccionadas dimensões, componentes e indicadores. Assim, foi realizado o seguinte quadro:

*Quadro 3 - Quadro Teórico das entrevistas aos Ex-reclusos*

<b>Dimensões</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Questões</b>
	<b>Atividades Escolares</b>	Nível de escolaridade	Como descreve o seu percurso escolar dentro do Estabelecimento Prisional?

<b>Área 1: Competências básicas</b>	<b>Ações de formação profissional</b>	Formação profissional	Houve intervenção no âmbito da formação profissional? Como se desenvolveu o seu percurso no Estabelecimento Prisional?
	<b>Inserção laboral</b>	Atividade laboral	O Estabelecimento Prisional tinha algum tipo de parceria com alguma instituição ou empresa no âmbito da atividade laboral?
<b>Área 2: Competências pessoais e sociais</b>	<b>Atividades socio culturais e desportivas</b>	Eventos culturais e recreativos	Como descreve o seu contacto com a cultura e o desporto durante o cumprimento da sua pena?
	<b>Programas de treino de competências pessoais e sociais</b>		Teve a oportunidade de desenvolver as suas competências pessoais e sociais dentro do Estabelecimento Prisional?
<b>Área 3: Saúde</b>	<b>Assistência médica geral</b>	Cuidados de saúde	Como descreve o acompanhamento médico ao nível físico e psicológico dentro do EP?
	<b>Tratamento de dependência de álcool e/ou drogas</b>	Dependência de álcool e drogas	
	<b>Acompanhamento e tratamento psíquico</b>	Saúde mental	
	<b>Consultas de medicina dentária</b>	Cuidados ortodônticos	
	<b>Saúde sexual e reprodutiva</b>	---	
	<b>Serviços de enfermagem</b>	---	
<b>Área 4: Socio familiar e comunitária</b>	<b>Nível socio familiar</b>	Apoio familiar	Durante o cumprimento da sua pena de que forma manteve contacto com a sua família?

	<b>Nível comunitário</b>	Sensibilização da comunidade	Qual a sua experiência relativamente à abertura da sociedade a acolher pessoas que estiveram na prisão?  Como acha que se poderia melhorar a integração de ex-reclusos na comunidade?
<b>Área 5: Preparação para a liberdade</b>	---	---	De um modo geral como descreve e avalia o seu processo de preparação para a liberdade?
<b>Área 6: Adesão ao Plano</b>	---	---	Foi feito algum plano individual? Qual a sua participação na construção desse plano?

**Fonte:** Elaboração própria a partir do PIR, 2023

No que concerne ao guião de entrevista aos profissionais, este foi realizado também através de dimensões e indicadores que surgiram da revisão da literatura realizada anteriormente. Desta forma, e tendo como suporte a literatura analisada anteriormente no presente trabalho, as questões surgiram das seguintes dimensões e indicadores: **Educação** – Nível de Escolaridade; **Formação Profissional**; **Mercado de Trabalho** – Emprego; **Saúde** – Cuidados de saúde; **Habituação** – Residência; **Família** – Relação familiar; **Cultura e Lazer** – Acesso a atividades de cultura e lazer.

O primeiro contacto com a instituição, deu-se via email, durante o mês de março de 2023. Posteriormente as entrevistas foram agendadas pela instituição, de forma presencial, tendo sido necessário dois dias para a realização das mesmas.

Após terem sido transcritas em formato word, as entrevistas foram analisadas através do programa MAXqda, um software de análise qualitativa de dados que permite dividir as questões em categorias, agrupando as respostas dadas pelos entrevistados, facilitando a sua análise.

### 3.4 Limitações e Constrangimentos

Durante o processo do presente estudo de caso, surgiram algumas limitações e constrangimentos tanto antes como durante e após a recolha dos dados.

No início a maior preocupação foi, sem dúvida, a procura de uma instituição que atuasse no âmbito da Reinserção Social com os valores e objetivos pretendidos para este estudo. Após encontrar

a instituição pretendida, iniciou-se o envio de emails, de forma a estabelecer-se o primeiro contacto com a instituição. Foi solicitado, por parte da instituição, um documento descritivo dos procedimentos e métodos a utilizar na recolha de dados, tendo este sido realizado e enviado com a maior brevidade possível. A demora deste processo, resultou num atraso no início das entrevistas. No entanto, assim que a instituição confirmou a sua disponibilidade para colaborar no estudo, rapidamente agendou os dias para as entrevistas.

Apesar desta ser uma área de interesse da investigadora, esta nunca tinha tido a oportunidade de ter contacto direto com a mesma. Desta forma, o nervosismo fez com houvesse alguma insegurança, principalmente relativamente às entrevistas com os ex-reclusos, por haver a possibilidade de tocar em temas sensíveis para os sujeitos.

Por fim, já na fase da análise de dados destaca-se: a dificuldade da transcrição das entrevistas e a utilização do programa MAXqda, uma vez que foi a primeira vez que a investigadora recorreu ao programa.

### **3.5 Dimensão Ética da Investigação**

O presente estudo de caso tem como base os princípios gerais do Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL (2022), sendo estes a honestidade, a fiabilidade e rigor, a objetividade, a integridade e a responsabilidade.

De forma a salvaguardar a proteção de dados dos entrevistados, respeitando as alíneas da Confidencialidade e do Consentimento, todos os entrevistados tiveram acesso ao documento do Consentimento Informado (Anexo C), tendo estas informações sobre os objetivos das entrevistas, o nome e o contacto da investigadora e uma estimativa de duração da entrevista. Este documento, incluía ainda informação relativamente à proteção de dados do entrevistado, bem como a possibilidade de interromper a sua participação em qualquer momento, sem necessidade de se justificar.

A investigadora solicitou ainda a gravação das entrevistas para que, durante as mesmas, a investigadora conseguisse prestar total atenção ao seu diálogo com os entrevistados. Uma vez gravadas as entrevistas, foi possível para a investigadora ouvi-las quantas vezes necessário durante todo o processo de análise do conteúdo recolhido.

Todos os entrevistados assinaram o Consentimento Informado de livre vontade, aceitando colaborar no estudo.

## Capítulo IV - Análise e Discussão de Resultados

### 4.1 Caracterização dos Entrevistados

Estando o presente estudo de caso dividido em dois grupos de entrevistados, é crucial fazer uma caracterização destes grupos. Assim, as tabelas seguintes apresentam a caracterização dos entrevistados.

Quadro 4 - Caracterização dos Sujeitos de Intervenção

Cliente	Idade	Género	Nacionalidade	Atividade laboral antes da reclusão	Período de reclusão
1	46	Masculino	Portuguesa	Construção Civil	5 anos
2	51	Masculino	Portuguesa	Construção Civil	9 anos
3	68	Masculino	Portuguesa	Motorista Internacional	6 anos
4	40	Masculino	Portuguesa	Bomba de combustível	5 anos
5	49	Masculino	Portuguesa	Construção Civil	4 + 2 + 4 anos
6	57	Masculino	Alemã	Trabalhador no aeroporto	8 anos
7	74	Masculino	Portuguesa	Construção Civil	4 anos
8	37	Masculino	Portuguesa	Distribuição de publicidade	11 anos
9	60	Masculino	Portuguesa	Fábrica de papel	6 anos

Fonte: Elaboração própria, 2023

Quadro 5 - Caracterização dos Técnicos da Instituição

Técnico	Idade	Género	Área disciplinar	Função na equipa técnica	Tempo laboral na instituição
1	25	Feminino	Mestrado em Neuropsicologia	Gabinete de Empregabilidade	6 meses
2	33	Feminino	Sociologia	Gabinete Social	12 anos
3	44	Feminino	Serviço Social	Coordenadora do Gabinete Social	20 anos
4	31	Feminino	Psicologia	Gabinete Psicologia	4 anos
5	36	Feminino	Psicologia	Escola Social	9 anos

Fonte: Elaboração própria, 2023

## **4.2 Análise e Discussão dos Resultados**

É relevante referir que na instituição em causa os sujeitos de intervenção são tratados por “clientes” e nunca por ex-reclusos. O termo cliente é utilizado pela instituição numa tentativa de transmitir ao sujeito a certeza de que este é mais do que o seu passado, procurando lutar contra a estigmatização, mostrando que os sujeitos de intervenção são cidadãos dotados de direitos e que estão a usufruir de um serviço – providenciado pela instituição – de forma respeitosa, transparente e empática. A forma de tratamento dos sujeitos pode diferir de instituição para instituição, dependendo dos valores, do contexto e até dos objetivos da intervenção.

Desta forma, no presente trabalho sempre que esta denominação – cliente (C.) for utilizada será com o objetivo de mencionar um ex-recluso acompanhado pela instituição.

### **4.2.1 Perceção dos Ex-reclusos relativamente à Intervenção nos Estabelecimentos Prisionais Percurso Escolar, Formação Profissional e Atividade Laboral**

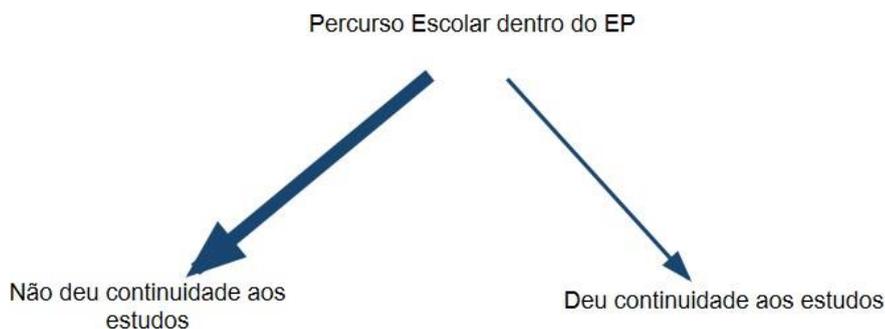
Com o objetivo de compreender o percurso dos entrevistados no que concerne à escolaridade, à formação profissional e à atividade laboral dentro do Estabelecimento Prisional estes foram desafiados a descrever o seu percurso nestas três valências.

No que diz respeito ao percurso escolar podemos constatar que apenas dois ex-reclusos deram continuidade aos estudos durante o cumprimento da sua pena (C.2 e C.5) enquanto os restantes não deram continuidade aos estudos porque, apesar de haver essa possibilidade, não quiseram (C.3, C.4, C.5, C.6, C.7, C.8 e C.9) ou porque, apesar de mostrarem vontade de o fazer, não tinham na sua posse o certificado necessário (C.1).

“Não tive percurso escolar. Aquilo pediam um certificado da escola e como não tinha visitas... eu disse que a minha Educadora podia, como ela tem lá email, entrar em contato com a escola para pedir, até lhe dei o nome da escola e tudo mas ela nunca fez isso.” (C.1)

“Nunca estudei lá dentro porque não quis, mas havia essa possibilidade.” (C.8)

**Figura 1 - Percurso Escolar dentro do Estabelecimento Prisional**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

Atentando agora na formação profissional dentro do Estabelecimento Prisional, podemos afirmar que, do total de entrevistados, apenas dois tiveram a oportunidade de ingressar em cursos de formação profissional: curso de jardinagem (C.2) e curso de informática (C.6).

“Tirei lá um curso de jardinagem dois anos, tanto que eu consegui este cartão aqui para poder comprar... ir à drogaria e comprar produtos inflamatórios e coisas assim, senão não consegue comprar. É uma peça fundamental aí para a jardinagem, é muito importante.” (C.2)

“Sim, tirei o curso de TIC... O curso de TIC é Informática e isso deu equivalência a basicamente... nada! \*risos\*” (C.6)

Perante estas respostas podemos constatar que estes dois entrevistados têm uma percepção bastante diferente da utilidade da formação que tiraram dentro do Estabelecimento Prisional. O Cliente 2 afirma ser muito importante o cartão que conseguiu ao tirar a formação de jardinagem e foi notório, durante a entrevista, um sentimento de orgulho por o ter conseguido, fazendo questão de procurar o cartão para mostrar o mesmo. Já o Cliente 6, como podemos constatar, pela citação apresentada anteriormente, que este demonstra um grande desprezo relativamente ao curso de TIC, dizendo que este não lhe deu equivalência a “nada”, desvalorizando a formação.

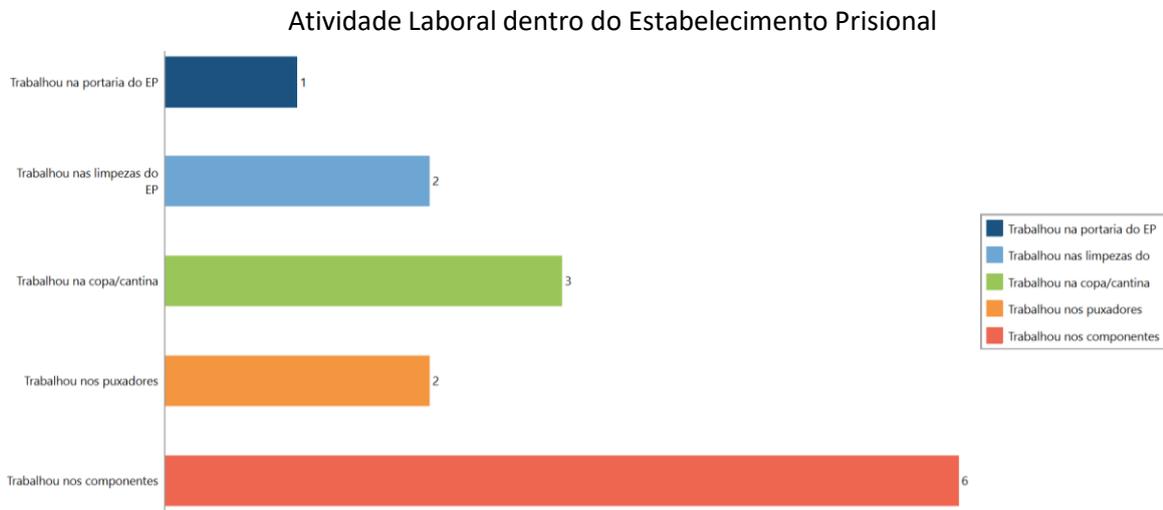
Por fim, resta analisar as respostas dos entrevistados relativamente à atividade laboral no Estabelecimento Prisional. Todos os entrevistados afirmaram terem exercido algum tipo de atividade laboral durante o cumprimento da sua pena. O trabalho dos entrevistados passou pelo trabalho nos componentes (C.1, C.2, C.3, C.5, C.6 e C.8), pela copa/cantina (C.4, C.7 e C.9), pelas limpezas do EP (C.2 e C.9), pelos puxadores (C.3 e C.8) e pela portaria do EP (C.4).

“Trabalhei na montagem dos componentes... é a parte elétrica. (...) Depois passei para puxadores que era fazer puxadores de portas e janelas” (C.3)

“Estive no refeitório a ajudar a servir na cantina.” (C.7)

“Eu e mais outro rapaz estivemos a limpar os gabinetes, o da diretora e tudo. Limpávamos as casas de banho também... Graças a Deus, pronto, eu digo que saí de cabeça erguida.” (C.9)

**Figura 2 - Atividade Laboral dentro do Estabelecimento Prisional**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

### Contacto com a Cultura e o Desporto

Quando questionados sobre a sua participação em atividades de cultura, lazer e desporto as respostas diferem bastante. No que diz respeito ao desporto cinco afirmam não terem praticado desporto (C.2, C.3, C.4, C.7 e C.9) e os restantes quatro afirmam terem praticado desporto (C.1, C.5, C.6 e C.8).

“Não, não me ocupei a fazer desporto, mas porque não quis.” (C.4)

“Desporto sempre pratiquei tanto dentro como fora, sempre pratiquei. Futebol, outro tipo de desportos, e quando havia desporto lá dentro, eu sempre pratiquei. Nós próprios fazíamos equipa, mas o EP também tinha equipa oficial que jogava com outros estabelecimentos.” (C.8)

Relativamente à cultura, apenas um entrevistado destacou a escrita (C.9), três referiram a leitura (C.1, C.5 e C.7), quatro afirmaram participarem em eventos festivos (C.1, C.2, C.5 e C.7) e, por fim, quatro entrevistados afirmam não terem tido qualquer contacto com a cultura (C.3, C.4, C.6 e C.8).

“Lá dentro da cela, a minha ocupação foi sempre escrever. Eu tenho o meu diário onde tenho um pouco de tudo... o dia da mãe, o falecimento da minha mãe, o dia do pai... tudo! A minha ocupação foi sempre escrever. Escrevia tudo o que eu sentia na altura e a parte que me custou mais (...) foi o falecimento da minha mãe e eu não pude ir ao funeral.” (C.9)

“Livros, lia muito. Não tinha mais nada para fazer então lia muito.” (C.7)

“Havia sempre aquelas festas, festas de fim de ano e não sei quê e havia sempre convidados” (C.1)

“Sim, tinham tudo. Nunca quis participar em nada disso, nada. Nunca participei sequer uma festa de Natal lá, mas eu, por opção própria... porque lá dentro para nós não é Natal, nem o ano novo, nem uma data de anos, para nós não é nada, pelo menos eu penso assim. Fazia a minha própria festa na cela, comprava as minhas coisinhas (...)” (C.8)

**Figura 3 - Contacto com a Cultura e Desporto dentro do Estabelecimento Prisional**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

### **Desenvolvimento de competências pessoais e sociais**

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais tem vindo a desenvolver programas específicos de reabilitação, sendo estes uma ferramenta essencial na intervenção uma vez que se direcionam a problemáticas criminais específicas e à prevenção da reincidência (DGRSP, 2023).

Segundo a DGRSP (2023), dependendo do contexto em que são aplicados e dos objetivos a alcançar, os reclusos podem passar, por exemplo, pelo Programa de Estabilização Emocional e Integração Institucional, o Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS), o Programa de Promoção de Competências Pessoais e Emocionais, o Programa de Intervenção Técnica dirigido a Agressores Sexuais e o Programa de Intervenção com Agressores de Violência Doméstica (VIDA).

No presente estudo de caso, cinco dos entrevistados afirmaram não terem participado em programas específicos em contexto prisional (C.2, C.3, C.4, C.7 e C.9) enquanto os restantes quatro dizem ter participado (C.1, C.5, C.6 e C.8).

“Não, nunca tive nada disso. Eu é que tinha de resolver os meus problemas. São meus eu não tenho que dar preocupação aos outros. Eu tinha um problema, resolvia eu.” (C.2)

“Sim, sim, sim. Pronto frequentei lá o programa VIDA... Como é que eu hei de dizer? Foi por causa do meu tipo de crime, frequentei lá esse esse programa.” (C.1)

“Fiz o problema que eles têm por causa do tipo de crime, durante um ano... falar sobre o crime, para perceber como aconteceu e como evitar que vá repetir.” (C.6)

“Havia o GPS que era basicamente esse tipo de programas que a gente ia para falar sobre os nossos crimes e não sei o quê. Cheguei a participar, de obriga mesmo, mas depois desisti porque achei que aquilo já não estava dentro do padrão que era suposto ser. Porque eu senti que estava a ser julgado novamente (...) pelos próprios técnicos lá.” (C.8)

### **Acompanhamento na Saúde**

A saúde – ou a falta de acesso a cuidados médicos – é um meio de exclusão social e esta deve ser uma dimensão privilegiada nos Estabelecimentos Prisionais. A saúde é realmente uma dimensão crucial, sendo esta uma das áreas a serem acompanhadas durante o cumprimento da pena do recluso, sendo a saúde a terceira área referida no PIR. Desta forma, espera-se que dentro do Estabelecimento Prisional haja uma preocupação e um acompanhamento médico a vários níveis como medicina geral, medicina dentária, tratamento de comportamentos aditivos que possam existir e ainda a saúde mental.

No presente estudo os entrevistados foram questionados, no que diz respeito ao acompanhamento a nível da saúde, sobre o acompanhamento psicológico e sobre o acompanhamento médico no geral. No que concerne ao acompanhamento médico, quatro entrevistados classificaram o acompanhamento médico como negativo (C.1, C.3, C.6 e C.8) e os restantes cinco referem-se a este como positivo (C.2, C.4, C.5, C.7 e C.9).

“Nestes quase oito anos fiz uma única vez análises ao sangue e urina e mais nada. Portanto, se uma pessoa se sente mal ou se acontecer alguma coisa, eles não estão minimamente preocupados com isso. (...) Tinha que marcar consulta, também demorava um mês ou dois meses.” (C.6)

“Mau, muito mal. Imagine você estar com uma dor qualquer, faz um pedido (...) mete na caixa, você trata-se sozinho, passa-lhe a doença, já lhe apareceu outra quando é chamado para o médico.” (C.8)

“Lá dentro, o acompanhamento do médico era extraordinário, sim. Eu fiquei muito admirado com isso.” (C.7)

“Sempre tive acompanhamento, tinha uma dor, metia o papel para ir ao médico.” (C.2)

“Tudo, Graças a Deus! Entrás fazem-te o check-up, dizes as tuas doenças e o que é que consumiste. Mandam-te ao hospital, fora dali. Lá dentro tens acesso a medicamentos mais

rápido do que aqui, mais rápido do que aqui na rua, tens um médico, um dentista. Qualquer área tem tudo, Graças a Deus.” (C.5)

No que toca ao acompanhamento psicológico as respostas dividem-se: um entrevistado refere-se ao acompanhamento psicológico como negativo (C.6), outro afirma não ter tido acompanhamento psicológico (C.8), três entrevistados apenas tiveram uma consulta de psicologia (C.1, C.2 e C.3) e, por fim, quatro afirmam terem tido acompanhamento psicológico frequente (C.4, C.5, C.7 e C.9).

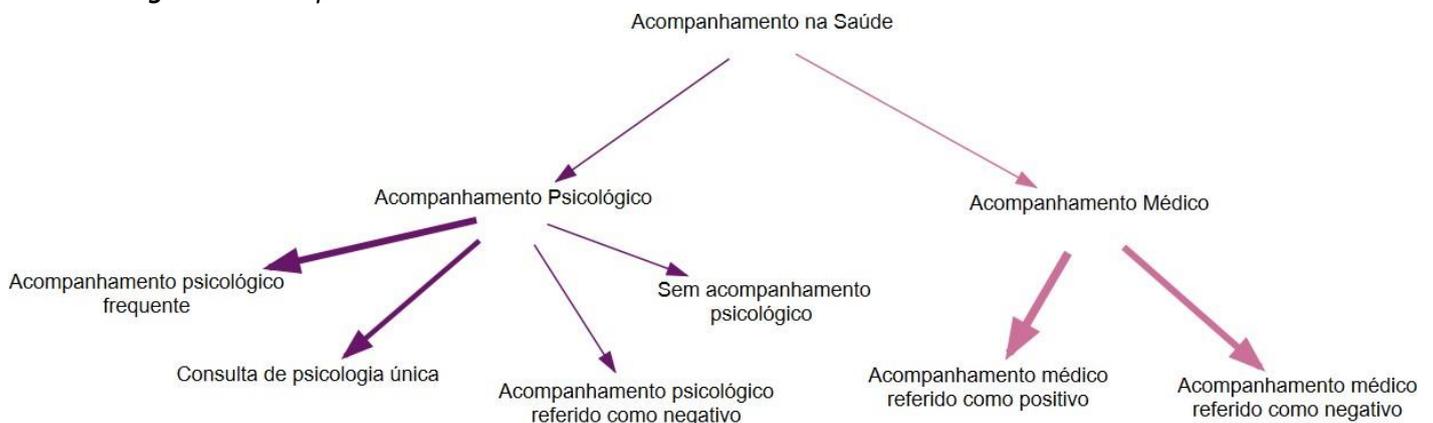
“Péssimo... psicológico tinha acompanhamento nos primeiros cinco anos. Uma consulta de três em três meses. A certa altura o psicólogo deixou de chamar, não se preocupou mais (...) deixou de haver esse tipo de intervenção do psicólogo.” (C.6)

“Falei uma vez com o psicólogo, o psicólogo era italiano. Fui lá falar com ela e começou a falar bué rápido: Oh Senhor, Calma! Fala rápido eu não percebo nada. A partir daí não fui mais uma vez só uma vez.” (C.2)

“Psicológico tá lá um psicólogo mas se ele é psicólogo eu devo ser catedrático.”(C.3)

“Falas com uma psicóloga e com um psiquiatra e aprendes a controlar emoções tuas e sentimentos teus e descobres coisas bonitas em ti, que hoje em dia eu peço a Deus para não me esquecer.” (C.5)

**Figura 4 - Acompanhamento no âmbito da Saúde dentro do Estabelecimento Prisional**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

### Contacto com a Família

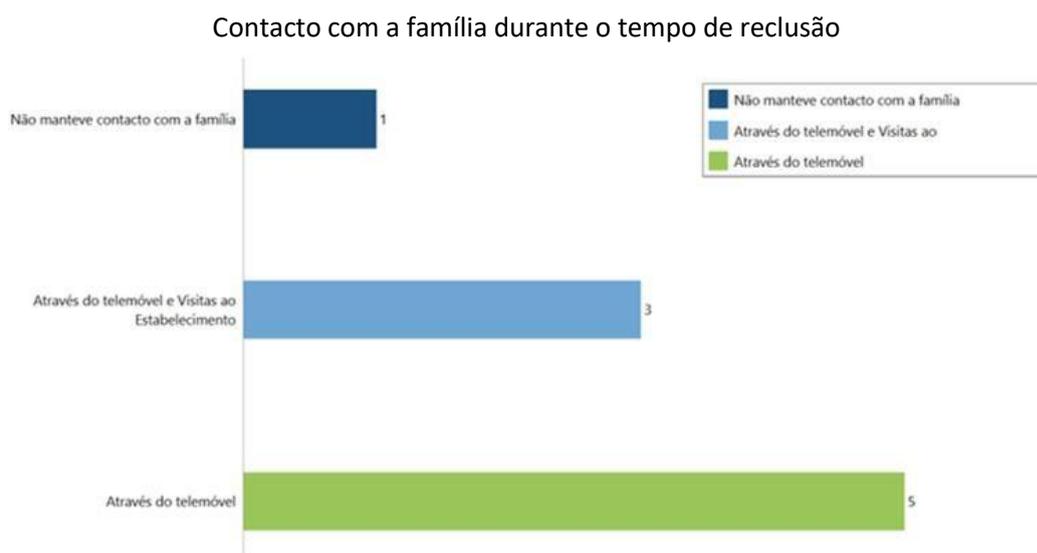
Dos nove entrevistados, apenas um não manteve contacto com a família durante o cumprimento da sua pena (C.3), afirmando “Não tenho família”. Cinco contactaram com a família através do telemóvel (C.1, C.2, C.5, C.6 e C.8) e, por fim, apenas três tiveram visitas no Estabelecimento Prisional e contactavam também via telemóvel (C.4, C.7 e C.9).

“Sim, sim. Não é permitido, mas sabe que lá também há telefones, não é? Eu, por acaso não tinha, não tinha nada disso, mas pronto tinha lá colegas meus que tinham e eu aproveitava para fazer chamadas.” (C.1)

“Podíamos fazer uma chamada de 5 minutos para um familiar, uma por dia, a pagar claro. 7 cêntimos por minuto. Mas 50% dos reclusos no EP tínhamos telemóvel, que é uma coisa ilegal, mas tínhamos. Eu não tinha essa preocupação... Falava quando queria.” (C.6)

“Visitas foi a minha mãe que ia lá até falecer. Eu já vi muitas vezes ela coitada já a ir um bocado... e eu dizia: “Oh mãe, não venha cá para a próxima!” e ela dizia: “Está bem filho, depois eu vejo!” e ela vinha sempre. E então foi a pessoa que me acompanhou sempre foi a minha mãe. Praticamente não faltou a visitas nenhuma. A minha irmã também ia lá e foi lá uma vez o meu sobrinho e a minha outra irmã. De resto não foi mais ninguém.” (C.9)

**Figura 5 - Contacto com a família durante o tempo de reclusão**



Fonte: Elaboração própria, 2023

#### 4.2.2 Perceção dos Ex-reclusos relativamente à intervenção da Instituição

Feita a análise das respostas dos entrevistados relativamente às suas vivências no Estabelecimento Prisional, analisar-se-á agora a perceção destes relativamente à Intervenção feita na instituição na área da Reinserção Social.

## Apoio no Mercado de Trabalho

Quadro 6 - Citações dos Ex-reclusos relativas ao Apoio da Instituição na Área do Trabalho

<b>Cliente 1</b>	“Eu acho que, para mim tem sido impecável. Cheguei aqui, arranjam-me não é bem trabalho, mas prontos, mas coisas para fazer aí que elas arranjam de vez em quando.”
<b>Cliente 2</b>	“Ajudam, até ver têm-me ajudado. Tanto, que eu fui lá para Lisboa trabalhar... vieram-me dizer se eu queria ir só meio dia trabalhar e eu disse sim. Fui, fui duas vezes. Depois preenchi um papel com as minhas opções (...) e passado pouco tempo já estava a falar com a técnica e o senhor lá da da Carris para começar já segunda-feira.”
<b>Cliente 3</b>	“Sim sim, ajudam.”
<b>Cliente 4</b>	“Portanto, todas as semanas é sempre entregue um formulário, portanto, uma série de folhas agravadas com ofertas de trabalho que é colocado aqui para para para as pessoas (...) procurarem as ofertas e, de uma certa forma, assinarem qual é a oferta que estão interessados para depois, mais tarde, ser tratado de uma forma individual (...) para arranjar um emprego o mais rapidamente possível.”
<b>Cliente 5</b>	“Passado uma semana foi o protocolo, aqui no posto de higiene pública, onde eu trabalho. Ao fim de um mês, fizeram-me um contrato.”
<b>Cliente 6</b>	“Estou muito grato por ela (pela profissional da instituição). Está a tratar dessas coisas todas, fez meu currículo e pôs-me num protocolo. Não estou a trabalhar agora mas ajuda, mesmo.”
<b>Cliente 7</b>	“Acho que sim, que que elas ajudam, sim, sim.”
<b>Cliente 8</b>	“Ajudam em tudo. Estão sempre disponíveis para nos ouvir, sempre disponíveis para qualquer esclarecimento que a gente precise.”
<b>Cliente 9</b>	“Estou a trabalhar. Estive aqui onze dias e depois comecei logo a trabalhar (...), na parte da carpintaria. Depois estive lá um mês e meio... (...) estou a trabalhar na Câmara, limpo os jardins, hortas... em protocolo.”

Fonte: Elaboração própria, 2023

## Apoio na Saúde

No que concerne ao apoio por parte da instituição na área da saúde apenas um entrevistado não expressou a sua opinião pois diz ainda não ter sido necessário: “Ainda não tive nenhuma situação, Graças a Deus, nenhum problema, mas se for preciso ajudam.” (C.6)

Todos os entrevistados frequentam consultas de psicologia, sendo acompanhados pelas psicólogas da instituição (C.1, C.2, C.3, C.4, C.5, C.6, C.7, C.8 e C.9). Dois entrevistados (C.4 e C.9) referiram recebe medicação providenciada pela instituição, sete entrevistados afirmaram que a instituição auxilia na marcação de consultas (C.1, C.2, C.4, C.5, C.7, C.8 e C.9), um referiu haver um incentivo com que diz respeito à sua saúde oral (C.1) e na marcação da toma de vacinas (C.1) e, por fim, quatro entrevistados destacam auxílio por parte da instituição na marcação de exames.

“Então elas obrigaram-me a ir ao psiquiatra (...) e vou à psicóloga todas as semanas. Sou acompanhado também no Santa Maria por causa da minha doença. Já fiz exames agora na segunda-feira também.” (C.5)

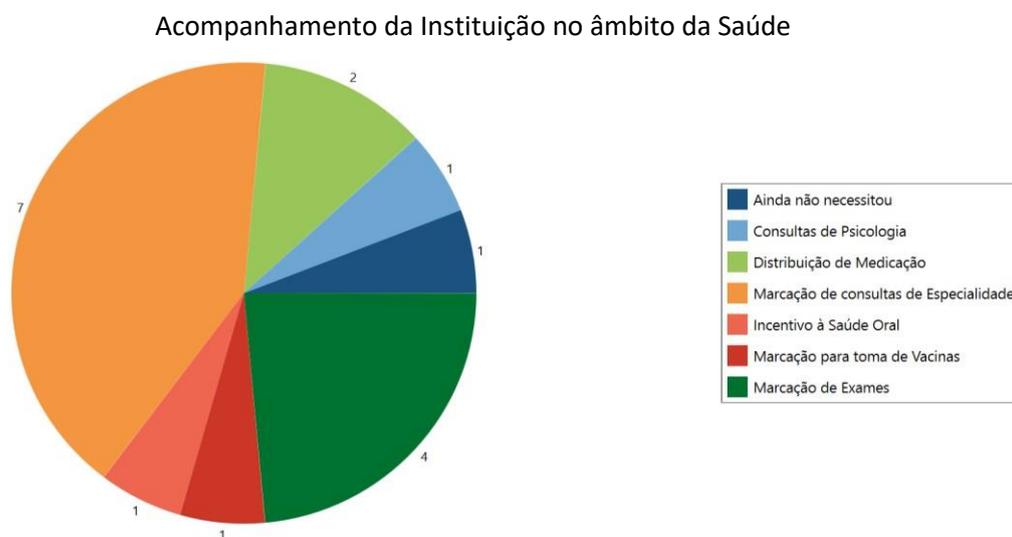
“Portanto um bom acompanhamento medico, está a ser regular. Estou a tomar a medicação todos os dias! (...) De Segunda a Segunda-feira dão sempre a medicação semanal e depois nós é que tomamos a nossa iniciativa de tomar a medicação.” (C.4)

“Têm, isso têm. Eu já falei com a doutora que era para ver se ia fazer uma limpeza dos ouvidos, que eu ouço um bocado mal e também vejo um bocado mal. Agora estou à espera (...) marcar uma consulta e depois eu vou lá, limpo os meus ouvidos. (...) Depois secalhar, noutro dia, a vista.” (C.2)

“Hoje vou tomar a vacina do sarampo. A semana passada tomei do tétano e agora vou tomar do sarampo.” (C.1)

“Sim, já me marcaram exames, vários exames que eu tenho que fazer.” (C.3)

**Figura 6 - Acompanhamento da Instituição no âmbito da Saúde**



Fonte: Elaboração própria, 2023

## **Apoio na Habitação**

Todos os sujeitos entrevistados estão, de momento, a residir na instituição. Desta forma, o apoio providenciado pela instituição passa por ceder a estes sujeitos uma cama na residência da instituição para que os sujeitos possam pernoitar. Na instituição os residentes têm ainda direito a alimentação, ao Banco de Roupa, a acompanhamento psicológico e apoio na área social e da empregabilidade.

“Eu vim para cá gozar as minhas precárias... primeiro vim cá 3 dias depois vim 4 dias. Quando vim a primeira vez elas fizeram uma entrevista tipo esta que estamos a fazer. (...) Perguntaram-me, quando saísse, para onde é que eu ia e eu disse que eu gostava de ficar aqui, não sabia se era possível...” (C.1)

“Quando chegou a um quarto da pena, comecei a meter precárias... e eu tenho uma casa própria (...) quando venho a saber que não podia ir para minha casa e então a falar com vários colegas que tinham vindo aqui, disseram bem disto, e eu comecei a vir para cá. (...) E eu não posso dizer melhor das doutoras daqui (...) se eu tivesse de dizer mal dizia!” (C.3)

## **Cultura, Lazer e Desporto**

Quando questionados sobre as atividades de cultura, lazer e desporto dinamizadas pela Instituição, um entrevistado referiu não ter conhecimento das mesmas (C.3), um afirmou não participar (C.4), alegando que ser preguiçoso. Três dos sujeitos afirmam participar, não especificando em que atividades (C.7, C.8 e C.9), um refere uma atividade de fotografia (C.6), outro a leitura (C.5) e, por fim, no que diz respeito ao desporto destacaram-se a prática de futebol (C.1 e C.5) e de ginásio (C.1 e C.2)

“Agora sim, agora vou ginásio, mas quando agora começar a época desportiva eles têm equipa de futebol de salão e eu vou entrar na equipa de futebol de salão.” (C.1)

“Epa não sei porque eu estou aqui há pouco ainda não teve oportunidade, mas eu também não sou muito dedicado a isso. Gosto muito do meu sossego, sempre foi assim.” (C.3)

“Há mas eu sou bastante preguiçoso, não gosto de nada disso (...) não estou para aí virado.” (C.4)

“Existem atividades mas quase sempre no meu horário de trabalho. Fotografar Lisboa acho que foi a última!” (C.6)

“Ah, isso é um bocadinho difícil, porque com eu trabalho já chego tarde. Pois, mas sempre que me telefonam a pedir (...), estou sempre disposto.” (C.8)

**Figura 7 - Atividades de Cultura, Lazer e Desporto na Instituição**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

#### 4.2.3 Perceção dos Técnicos da Instituição

##### Relação com os Sujeitos de Intervenção

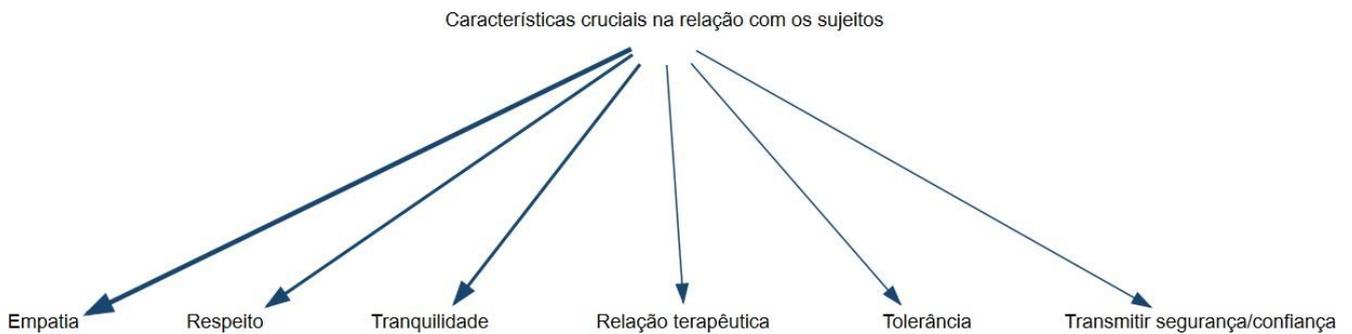
Quando questionados acerca da sua relação com os sujeitos de intervenção da instituição em análise, os técnicos identificaram como características cruciais a empatia (T.2, T.3 e T.4), o respeito (T.2 e T.4), a tranquilidade (T.1 e T.4), a tolerância (T.5), a transmissão de segurança/confiança (T.1) e, por fim, houve ainda um técnico que referiu ser importante estabelecer uma relação terapêutica (T.4) com os sujeitos.

Ser empático é saber compreender a realidade do sujeito num momento exato e esforçar-se para a compreender. Para tal que tal aconteça é necessário que, na sua prática profissional, o técnico procure entender os pensamentos, as emoções, as necessidades e dificuldades do sujeito (Bracons, 2017). A empatia foi a característica mais mencionada, uma vez que, no total de técnicos entrevistados, três referem considerar a empatia uma das características cruciais e, destes três, um deles apenas destacou uma característica sendo esta a empatia, referindo-se à mesma como a mais importante.

“Eu acho que a empatia tem que ser o principal e nós temos que ser empáticos com a pessoa que está connosco. Claro que vamos ouvir coisas que às vezes não gostamos. (...) Aquilo que temos de fazer é um bocadinho distanciar-nos desse aspeto, tentar perceber a outra pessoa e dar-lhe a oportunidade que ela merece. Portanto, a empatia eu acho que é o mais importante.” (T.2)

“A empatia, obviamente, a compreensão empática e olhar para as pessoas como pessoas, não como ex-reclusos. Isso é importante... olhar para elas como um todo.” (T.4)

**Figura 8 - Características Cruciais na Relação Técnico-Sujeito**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

### **Obstáculos à Intervenção**

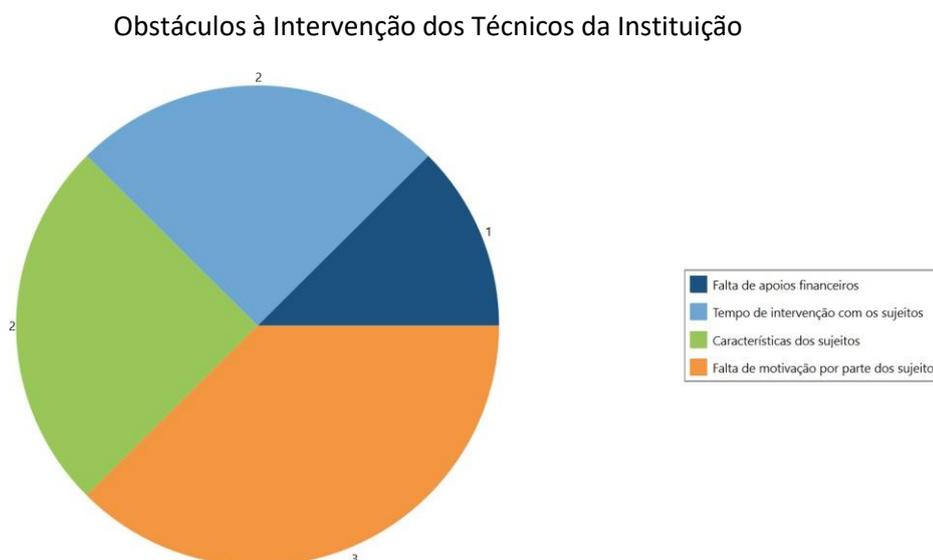
No sentido de analisar as barreiras sentidas na intervenção dos técnicos, estes foram desafiados a identificar obstáculos sentidos ao longo do seu trabalho com os sujeitos. Desta forma, foram apontados como obstáculos à intervenção a falta de motivação por parte dos sujeitos (T.1, T.2 e T.4) o tempo de intervenção despendido com cada sujeito (T.2 e T.5), as características dos próprios sujeitos (T.1 e T.3) e ainda a falta de apoios financeiros (T.5).

Podemos observar que, dos cinco técnicos entrevistados, três mencionaram a motivação dos ex-reclusos como o maior obstáculo à sua intervenção.

“Os maiores obstáculos... primeiro é a falta de motivação que às vezes existe. Esse é o maior obstáculo. Quando eles aparecem e vêm cá pedir ajuda e basicamente acabam por desaparecer.” (T.1)

“A motivação deles... Eu acho que é o principal. Quando eles vêm muito motivados para mudar, para fazer as coisas bem, para trabalhar, para saírem daqui rápido e autonomizados a coisa corre melhor, mas quando eles vêm naquela... OK, vou ver como é que é, como é que não é... (...) Quando a motivação não é muita é difícil trabalharmos com alguém. Quando a predisposição para estar aqui ou para vir aos nossos atendimentos ou para fazer o acompanhamento que nós temos aqui é pouca a coisa não funciona, portanto, a motivação deles é sempre um entrave.” (T.2)

**Figura 9 - Obstáculos à Intervenção dos Técnicos da Instituição**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

### **Recaídas e Falta de Motivação dos Sujeitos**

Como referido no ponto analisado anteriormente, um dos obstáculos reconhecidos pelos técnicos é a falta de motivação por parte dos sujeitos. Perante este obstáculo, os técnicos foram questionados relativamente à forma como lidam com esta falta de motivação ou com recaídas que possam acontecer durante o trabalho a ser desenvolvido com os sujeitos.

Posto isto os técnicos referiram ser essencial tentar manter contacto com os sujeitos (T.1) e muita resiliência (T.2, T.3, T.4).

“Nós tentamos sempre estar em contato com eles, mesmo quando eles desaparecem. Nós uma vez por mês ou quando fazemos mais ou menos uma ronda, ligamos-lhes. Quando temos oportunidades de emprego ligamos a perguntar se eles estão interessados em ir e é nestas situações que muitos deles nos dizem que já estão empregados. Mas sim é mesmo ir falando com eles, ir tentando aos poucos entrar um bocadinho na bolha.” (T.1)

“Vai-se lidando com muita resiliência, eu acho. Não é fácil sim, não é fácil. Este trabalho não é fácil, mas este não é como, não é outro, não é? (...) A motivação ou falta dela é geral nesta população com alguma carência económica ou que já está dependente de apoios sociais há muito tempo.” (T.2)

## Áreas de Intervenção da Instituição

Quando questionados acerca das áreas de intervenção privilegiadas pela instituição a resposta é unânime: psicologia, área social e empregabilidade. O técnico 3 foi o único que, para além de referir as mesmas que os restantes colegas, destacou ainda a importância da saúde, referindo que “sem saúde ninguém vai para o emprego... então começa por aí, não é?”.

“Eu acho que há três grandes áreas que eu acho que é isso que faz com que (nome da instituição) seja distinto se calhar de outras entidades neste sentido é que nós trabalhamos aqui em nível do gabinete social, do Gabinete de psicologia e ao nível da empregabilidade. E muitas das pessoas, eu diria até a maior parte, que nos chegam aqui, tem fragilidades nestes 3 campos. E elas aqui têm a oportunidade de se reorganizarem nestas 3 vertentes que são muito importantes, não é? Porque nós sem ter uma habitação, sem ter também um rendimento e sem estarmos bem emocionalmente é muito difícil, eu diria quase impossível, mantermos alguma sanidade e conseguimos construir a nossa vida e aqui as pessoas têm essa possibilidade de receber esse apoio nessas 3 vertentes em conjunto.” (T.4)

**Figura 10** - Áreas de Intervenção Privilegiadas na Instituição



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

## Intervenção em Rede

A intervenção em rede é uma forma de trabalho social e tem sido aplicada a situações de doença mental, problemas afetivos, de isolamento social, uso de substâncias químicas, violência doméstica, abuso e violência de crianças e adolescentes e situações de exclusão social (DI NICOLA, 1991 citado por Mioto, 2002).

Pela sua importância e crescente utilização na área social, no presente estudo questionou-se os técnicos entrevistados acerca da existência da intervenção em rede na intervenção da instituição. Os cinco técnicos entrevistados afirmaram que a intervenção em rede é uma prática imprescindível na sua intervenção. Uma vez que a Equipa Técnica caracteriza-se por ser uma equipa multidisciplinar,

composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e um Sociólogo, foram destacados dois tipos de intervenção em rede: uma intervenção micro, sendo esta multidisciplinar – dentro da Equipa Técnica (T.1, T.2 e T.4) – e uma intervenção macro, onde é referida uma intervenção com diversas entidades parceiras (T.1, T.2, T.3, T.4 e T.5), como rede de transportes, juntas de freguesia e entidades desportivas.

“É simples, nós fazemos uma articulação constante entre nós equipa. Depois temos nem que seja os protocolos de atividade ocupacional, com as famílias também porque fazemos também esse apoio cá na instituição. Depois temos outras parcerias (...)” (T.1)

“Eu acho que começa muito connosco, não é? Nós não conseguimos trabalhar se não comunicarmos entre todos os técnicos e, na verdade, nós mais ou menos sabemos da situação das pessoas que cá passam por aqui. Às vezes, por exemplo, a psicologia pode notar coisas que podem fazer sentido e podem ser necessárias para os técnicos da área social e vice-versa. E depois, obviamente, quando há essa necessidade, porque nós também temos lacunas, não é? Nós trabalhamos com outras entidades, que também já nos conhecem e que também nos vão passando aqui alguns casos e é mais ou menos assim que é feito este trabalho.” (T.4)

“Sim, nós temos de trabalhar constantemente em rede senão não funcionava nunca. Por exemplo, vamos imaginar um cliente nosso que tem problemas de consumos. Normalmente é encaminhado para a equipa de tratamento da Amadora, que é nosso parceiro a nível de substâncias ou então para o Centro de Alcoologia ali no Júlio de Matos. A partir desse momento, nós temos uma ligação muito estreita com os técnicos que estão a acompanhar e eles connosco.” (T.5)

### **Lacunas na Intervenção**

Após serem interrogados sobre as áreas de intervenção privilegiadas na intervenção e da sobre a sua intervenção em rede, os técnicos foram questionados sobre as lacunas que identificam na intervenção da instituição. Todos os técnicos referiram considerar a intervenção da instituição bastante completa, tendo apenas feito algumas sugestões de melhoria ou atividades que gostariam de presentes ou mais presentes na instituição.

Desta forma, as sugestões de melhoria passaram por uma intervenção através das artes (T.2 e T.5), na contratação de um psiquiatra (T.4), na realização de mais protocolos (T.3). O Técnico 1 afirmou não encontrar lacunas na intervenção da instituição:

“É assim, eu acho que não, porque todo o trabalho que é feito aqui na instituição lhes abre imensas portas para eles conseguirem agarrar o trabalho que estamos a fazer com eles e conseguirem inserir-se novamente na sociedade.” (T.1)

Dois técnicos (T.2 e T.5) destacaram a arte como uma área que gostariam de ver mais investida na instituição, referindo que poderia ser benéfico para a intervenção com os sujeitos.

“Nós termos aqui mesmo um projeto com eles, tipo, teatro, música ou outra coisa qualquer. Trabalhássemos aqui competências nessa área, porque através da arte também conseguimos trabalhar, eles conseguem exprimir-se de outra forma.” (T.2)

“Há pessoas que não conseguem estar sentadas 50 minutos a falar, que preferem estar ao ar livre, a expressar-se de outra maneira. Às vezes nem são boas com palavras, preferem dançar ou cantar, e acho que isso era fixe.” (T.5)

Como referido anteriormente o Técnico 4 apontou a contratação de um psiquiatra como uma sugestão de melhoria do serviço prestado pela instituição em causa. O profissional, da área da psicologia, refere que a intervenção da instituição é bastante completa, mas considera que seria uma mais-valia ter um psiquiatra na instituição, deixando a sua intervenção de estar dependente de apoios externos que auxiliam no que concerne ao apoio psiquiátrico.

“Temos uma parceria com outra associação que nos ajuda aqui de alguma forma a ter esse apoio e nos disponibiliza aqui um bocadinho o horário de uma médica, mas nós temos essa lacuna, por exemplo. Facilitava muito o processo aqui com algumas pessoas que precisam desse apoio especializado que nós não temos. Sim, eu acho que é uma área que nos falta, que está em falha. Se calhar não precisava de ser a tempo inteiro, mas mensalmente.” (T.4)

Já o Técnico 3 apenas apontou a realização de mais protocolos e parcerias como sugestão de melhoria na intervenção da instituição.

“Nós podemos obviamente melhorar e termos mais protocolo se existirmos em mais conquistas para sermos mais abertos. Mais parecerias para sermos mais bem vistos... Ao acolherem os nossos, acolhem-nos a nós.” (T.3)

**Figura 11 - Melhorias na Intervenção da Instituição**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

#### **4.2.4 Plano de Acompanhamento Individual dos Sujeitos de Intervenção**

Ao analisar os dois guiões, dos técnicos e dos sujeitos de intervenção, podemos constatar que há dois tópicos que se cruzam, sendo estes a realização de um plano individual de acompanhamento na instituição e a sensibilização da comunidade.

Quando questionados acerca da realização de um plano individual com os sujeitos todos os técnicos afirmaram que este é realizado com os ex-reclusos. Neste plano constam objetivos a cumprir pelo sujeito nas diversas áreas essenciais da sua vida para que consigam viver de forma autónoma e independente.

“É realizado um plano individual, o cliente participar a 100%. Tudo o que ele tem de fazer, todas as necessidades a cumprir. Ele sabe de tudo. O documento é redigido e assinado. Todos os residentes que entram para a nossa residência, têm de que fazer isso, em todos os gabinetes.” (T.1)

“O plano é feito com todos os nossos residentes. Constam lá os objetivos que querem cumprir enquanto estiverem aqui e aqueles que a equipa também acha que são importantes e passam por todas as áreas da vida deles. O propósito desse plano é no fim, se tudo tiver cumprido, a pessoa já tiver trabalho, já tiver condições para procurar uma casa, já andarmos a fazer procura do quarto se encontrarmos alguma coisa, significa que eles estão aptos para sair daqui, já cumpriram com os programas todos que tinham de fazer, estão

abstinentes, a nível de saúde estão estáveis, a tomar a medicação ou controlados significa que sim, já estão aptos para sair daqui.” (T.2)

“Temos mesmo um projeto de início entre 4 pessoas, no fundo, que é o gabinete social, o gabinete de psicologia, o gabinete de empregabilidade (...) e o próprio indivíduo. É ele que, connosco, vai avaliar e tentar aqui criar (...) objetivos” (T.3)

“O plano individual é realizado quando eles fazem uma primeira avaliação, quero seja no Gabinete Social, quer seja depois no Gabinete de Psicologia que são avaliações, obviamente, muito diferentes. Depois, obviamente nós juntamos isso num documento e isso é avaliado até pelo Gabinete Social. Passado 2 meses, 3 meses, vão vendo se a pessoa atingiu os objetivos.” (T.4)

A mesma pergunta foi colocada aos ex-reclusos e perante as respostas destes é perceptível que nem todos os sujeitos têm noção se está a ser ou não desenvolvido um plano individual, revelando alguma dificuldade em identificar um documento físico, mas, quando questionados se já tiveram de assinar algum documento com objetivos a cumprir, rapidamente respondem de forma afirmativa. Desta forma, é notório que todos os entrevistados têm consciência que é imperativo terem objetivos a cumprir, respeitar as regras e ter um bom comportamento.

Analisando as respostas dadas pelos entrevistados, podemos afirmar haver um plano individual desenvolvido pelo próprio com a orientação das técnicas (C.1, C.4, C.5 e C.7), dois sujeitos afirmam que ainda não assinaram nenhum documento, justificando tal acontecimento devido a terem começado o acompanhamento na instituição há pouco tempo (C.2 e C.3) e um ex-recluso que não respondeu à questão feita, afirmando apenas que fala com alguma frequência com a sua técnica mas nunca referiu ter assinado um plano: “Sim, quando há novidades eu comunico e vamos falando. Cruzamo-nos todo os dias, mas falamos pelo menos uma vez por mês.” (C.6)

“Nós temos etapas, temos de cumprir de três em três meses, julgo eu. Portanto, o nosso contrato de permanência é mensal. Se nós tivermos um comportamento que seja negativo ou apreciado de uma forma negativa, possivelmente teremos de arranjar outro lugar para viver. (...) De três em três meses há sempre etapas que têm de ser cumpridas e são anotadas pela instituição para determinar se está a resolver o problema ou então continua a permanecer na nossa vida. Portanto são as técnicas que falam connosco e nós assinamos a folha.” (C.4)

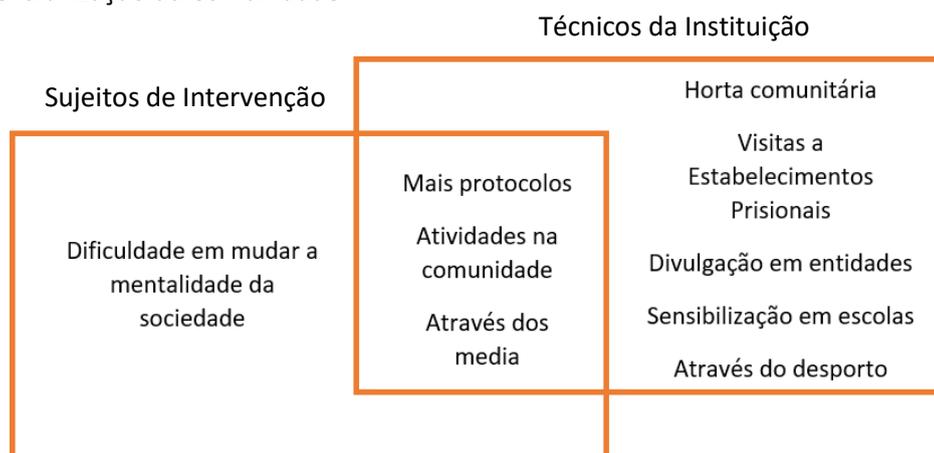
“Sim, eles têm aqui coisas que temos de cumprir, normas, regras, objetivos que agente tem de alcançar e é uma folha assinada, uma espécie de contrato.” (C.8)

“Há um documento sim. Pelo menos das vezes que eu tenho falado aí com a Dra. tenho assinado.” (C.9)

“Eu cheguei aqui em março, comecei a trabalhar uma semana depois. Já fiz esse plano, já assinei e já foi revisto.” (C.5)

#### 4.2.5 Sensibilização da Comunidade

**Figura 12 - Sensibilização da Comunidade**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023

Para além do plano individual realizado na instituição, também a sensibilização da comunidade foi um tópico comum aos dois guiões de entrevistas. O esquema apresentado acima facilita a visualização das respostas dadas pelos sujeitos de intervenção e pelos técnicos entrevistados.

No que concerne às respostas dos sujeitos podemos constatar que estes referem sentir que será bastante difícil mudar a mentalidade da sociedade (C.1 e C.3).

“Eu acho que isso é uma coisa que dificilmente vai mudar porque é a mentalidade das pessoas porque por uma pessoa ir presa pensam que já não há remédio e irá ser para sempre. Aliás vai ser para sempre um criminoso, isso não há dúvida! Só que pode endireitar-se, mas eles pensam que não. Vai sempre cair lá... acho que isso é um estigma das pessoas.” (C.1)

Por outro lado, os técnicos afirmam trabalhar nesse sentido através da implementação de uma horta comunitária na instituição (T.4), visitas a Estabelecimentos Prisionais (T.3), divulgação em entidades (T.2, T.3 e T.5), sensibilização em escolas (T.2 e T.3) e através do desporto (T.1, T.3 e T.4).

“Por exemplo, nós temos uma horta comunitária e é possível qualquer pessoa da zona de Lisboa até aqui do bairro ter aqui um espaço na horta e isto também acaba por desconstruir

aqui um bocadinho o preconceito das pessoas, porque tentamos de alguma forma, aproximar as pessoas da nossa comunidade.” (T.4)

“Há certos eventos em que nós marcamos sempre presença, mesmo que não seja propriamente o trabalho com reclusos, mas seja da área social. Agora, quando foi a Jornada Mundial da Juventude, nós estivemos a distribuir comida aos peregrinos.” (T.5)

“Outra área, por exemplo, também é a área do desporto, onde eles têm equipas e vão competindo com equipas da zona.” (T.1)

Por fim, podemos verificar ainda que algumas das respostas foram dadas tanto pelos sujeitos como pelos técnicos como a realização de mais protocolos/procura de apoios, atividades na comunidade e a sensibilização através dos media.

“Termos mais apoio. Não só as instituições nos ajudarem, mas também o Estado ser mais interveniente nisto. Poder dar-nos um apoio... termos uma casa, darem mais facilidade d’agente se poder reintegrar. Se não fosse este tipo de instituições, Graças a Deus... mas por mais que queiram ajudar, às vezes estão de mãos atadas.” (C.8)

“Talvez com muito trabalho e muita informação a nível dos media” (C.3)

“Depois obviamente aqui a parte dos media também é importante porque passamos aquilo que é o nosso trabalho para outras pessoas que não sabem o que é o (nome da instituição), passam aqui muitas vezes e não sabem o que é isto. Nós temos por exemplo as jornadas onde convidamos muitas pessoas, todos os anos. Vamos ter agora em outubro. O diretor já foi várias vezes à televisão, temos um livro, temos página nas redes sociais e isso faz com que tentemos mostrar de alguma forma.” (T.4)

## Conclusão

O processo de Reinserção Social, como vimos ao longo do presente estudo, caracteriza-se por um processo complexo, com diversos intervenientes e este começa antes do término da pena. Desta forma, este deveria ser uma preocupação dos técnicos de Reinserção Social que acompanham os reclusos durante o período de reclusão dos condenados. Mas será que os reclusos sentem esse acompanhamento?

De forma a compreender a percepção que os sujeitos têm do seu processo de Reinserção Social, o presente estudo partiu da seguinte questão: “*De que forma os ex-reclusos percebem o processo de Reinserção Social no Estabelecimento Prisional e como este está organizado na comunidade?*”. Assim, a investigadora dividiu o seu trabalho de campo com os ex-reclusos em dois momentos: uma análise da sua percepção relativamente à intervenção feita no EP e, posteriormente, da sua percepção no que concerne à intervenção da instituição que procura promover a sua reinserção.

O primeiro objetivo específico do presente estudo era *Compreender a percepção dos ex-reclusos relativamente ao trabalho desenvolvido em contexto prisional*. Tendo em conta as respostas analisadas no capítulo quatro do presente estudo, podemos concluir que, no geral, a qualidade do acompanhamento feito dentro do EP é manifestamente insuficiente. As respostas diferem bastante de área para área e dependem também do EP onde o sujeito tenha cumprido a sua pena.

A única pergunta onde a resposta é unânime é na atividade laboral dentro do EP, onde todos os entrevistados afirmaram terem exercido algum tipo de trabalho. Relativamente ao acompanhamento médico, é de destacar que, no que diz respeito ao acompanhamento psicológico, apenas quatro dos nove ex-reclusos referiram terem tido acompanhamento frequente. Tendo em conta a peso da saúde mental, a investigadora considera que este é um ponto crucial a ser melhorado na intervenção em contexto prisional, o mesmo se pode concluir através das afirmações dos entrevistados que se mostram, claramente, descontentes com o acompanhamento na área da saúde.

O segundo objetivo específico passa por *Compreender a participação do ex-recluso no seu processo de Reinserção Social*. Uma vez que, no leque de ex-reclusos entrevistados, é manifestado um descontentamento geral relativamente à intervenção dentro do EP, podemos concluir que a sua participação na definição de objetivos é nula, não existindo margem para tal envolvimento.

No entanto, quando questionados sobre a sua participação e envolvimento nas decisões tomadas em conjunto com as técnicas da instituição, os sujeitos mostram-se bastante satisfeitos, sendo notória uma grande vontade e proximidade entre os ex-reclusos e os técnicos. Podemos verificar, assim, um enorme contraste entre a percepção dos ex-reclusos relativamente à intervenção feita durante o período de reclusão – com os técnicos do EP – e à intervenção feita pelos técnicos da instituição de promoção da Reinserção Social.

Por fim, o presente estudo incidiu ainda na percepção dos técnicos da instituição relativamente à sua intervenção com os ex-reclusos, tendo como terceiro e quarto objetivos específicos *Identificar as áreas disciplinares da Equipa Técnica que trabalham diretamente com os ex-reclusos e Sistematizar as áreas de intervenção que são privilegiadas pela instituição no processo de Reinserção Social.*

Com base na informação recolhida através das entrevistas realizadas aos técnicos podemos afirmar que a equipa multidisciplinar é constituída por três psicólogos, um da área da sociologia e um Assistente Social. Como analisado no capítulo quadro, podemos afirmar que as áreas de intervenção privilegiadas pela instituição são a empregabilidade, a área social e a psicologia.

Fazendo uma reflexão acerca das práticas em vigor na instituição em causa, e quando questionados sobre as lacunas que encontram na sua intervenção, os profissionais consideram a intervenção da instituição bastante completa. No entanto, como constatado no capítulo da análise e discussão dos resultados, foram sugeridas melhorias como a contratação de um psiquiatra, a realização de mais protocolos de cooperação e a implementação da intervenção através das artes. Tendo em conta todos os dados recolhidos através das entrevistas aos sujeitos de intervenção e aos técnicos da instituição, estes podem agora ser utilizados a favor da mesma, procurando adaptar a sua intervenção às necessidades/sugestões apontadas pelos entrevistados.

O Serviço Social define-se como a profissão que “promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. (...) Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social.” (IFSW, 2014).

Esta definição está estreitamente relacionada com a intervenção da instituição em causa. Assim como o Serviço Social tem como principal objetivo a promoção do bem-estar dos indivíduos, promovendo a mudança social, também a intervenção na Reinserção Social pretende auxiliar os ex-reclusos na sua reintegração na sociedade, trabalhando em simultâneo questões inerentes ao crime, evitando a reincidência. A instituição em causa trabalha ainda as relações humanas visto que os sujeitos acompanhados pela instituição apresentam, muitas vezes, grandes desafios no que toca a relações humanas – como com a família ou com a sociedade.

Tendo em conta o princípio dos Direitos Humanos e da Justiça Social, podemos afirmar que a intervenção do Serviço Social deve ter sempre como base a dignidade humana, bem como um tratamento justo e de equidade. Isto é determinante no trabalho do Serviço Social com ex-reclusos, já que estes são muitas vezes discriminados pelo seu passado.

Em suma, o Serviço Social desempenha um papel crucial na intervenção em instituições que promovem a Reinserção Social de ex-reclusos, procurando a sua reintegração através da capacitação dos indivíduos, garantindo que princípios como os Direitos Humanos e a Justiça Social são respeitados ao longo de toda a intervenção com o sujeito.

## Referências Bibliográficas

- Alvino-Borba, A., & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, (106), 219-240. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/m9myrdrnWWqsDjph5WRsRHym/?format=pdf&lang=pt>
- Amaro, F. (2019). Criminologia e Reinserção Social. Em F. Amaro & D. Costa (Eds), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 1-19). Pactor.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2023, junho). *Programas Municipais de Acesso à Habitação*. <https://www.lisboa.pt/cidade/habitacao/programas>
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, julho). *Atividades desenvolvidas em Contexto Prisional*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, julho). *Desporto*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Desporto>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, junho). *Protocolos/Acordos de Cooperação*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Trabalho/Protocolos-Acordos-de-Coopera%C.3%A7%C.3%A3o>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, junho). *Atividades Socioculturais*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Atividades-socioculturais>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, junho). *Formação Profissional*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Forma%C.3%A7%C.3%A3o-profissional>

- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, junho). *Ensino*.  
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisonal/ensino>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, junho). *Trabalho*.  
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisonal/trabalho>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, março). *Apoio à reintegração social*.  
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C.3%A7a-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisonal/apoio-%C.3%A0-reintegra%C.3%A7%C.3%A3o-social>
- Ermida, R. M. C. (2018). *Percurso dos reclusos em contexto prisional: processos identitários e Reinserção Social - um estudo de caso* (Dissertação de mestrado, ISCPsi – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Repositório Comum.  
<http://hdl.handle.net/10400.26/25349>
- IFSW (2014). Ética no Serviço Social – Declaração de Princípios. [https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/ifsw\\_80111-4.pdf](https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/ifsw_80111-4.pdf)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2023, junho). *Apoios à contratação*.  
[https://www.iefp.pt/apoios-a-contratacao?tab=medida-incentivo-ativar-pt\\_destinatarios](https://www.iefp.pt/apoios-a-contratacao?tab=medida-incentivo-ativar-pt_destinatarios)
- Ministério Público. (2023, junho). *Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*.  
<https://sfj.pt/departamento-de-formacao/processo-penal/codigo-da-execucao-das-penas-e-medidas-privativas-da-liberdade/>
- Núncio, M. J. S. (2019). A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. Em F. Amaro & D. Costa (Eds.), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Pactor.
- Pontes, O. A. M. (2015). *Plano Individual de Readaptação: Um Instrumento para a Reinserção Social* (Dissertação de Mestrado, CESPU – Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte). Repositório CESPU.  
<http://hdl.handle.net/20.500.11816/377>
- Portal do Ministério Público. (2017). *Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais*.  
<https://www.ministeriopublico.pt/iframe/regulamento-geral-dos-estabelecimentos-prisionais>
- Santos, M. S. (2019). A Criminologia e o Direito Penal. Em F. Amaro & D. Costa (Eds.), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 93-109). Pactor.

Yin, R. K. (1989). *Estudo de caso: planeamento de métodos*. Bookman.

## **Legislação**

Decreto-Lei nº 48/95 de 15 março do Ministério da Justiça. Diário da República: Série I-A, No 131 (1989). Acedido a 29 junho de 2023. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/192-1989-620292>

Decreto-Lei nº 51/2011 de 11 abril do Ministério da Justiça. Diário da República: Série I, No 71 (2011). Acedido a 29 junho de 2023. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-2011-276858>

Lei nº 115/2009 de 12 outubro do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade. Diário da República: Série I, No 197 (2009). Acedido a 29 junho de 2023. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2009-34515975>

Decreto-Lei 215/2012 de 28 setembro do Ministério da Justiça. Diário da República: Série I, No 189 (2012). Acedido a 29 junho de 2023. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/215-2012-175545>

Despacho conjunto nº 451/1999 de 14 outubro dos Ministérios da Justiça e da Educação. Diário da República: Série II, No 127 (1999). Acedido a 29 junho de 2023. Disponível em [https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Informacao%20Legislativa/dsp-cjt\\_451-1999.pdf?ver=2018-12-03-143111-740](https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Informacao%20Legislativa/dsp-cjt_451-1999.pdf?ver=2018-12-03-143111-740)

## Anexos

### Guião das Entrevistas aos Clientes

A presente entrevista pretende compreender a perceção dos ex-reclusos relativamente ao seu processo de Reinserção Social. O Eixo 1 visa analisar a sua perceção relativamente à intervenção feita no estabelecimento prisional onde cumpriram a sua pena. Por outro lado, o Eixo 2, foca a sua atenção na intervenção após o término da pena, ou seja, na comunidade, dando especial ênfase à perceção destes relativamente à intervenção feita pela instituição.

Cada entrevista durará cerca de 45 minutos. A participação neste estudo é estritamente voluntária. Para uma melhor recolha e análise das respostas/dados a entrevista será gravada em áudio. A informação recolhida nunca será tratada individualmente, nem será revelada a identidade do sujeito. |

#### Caracterização dos entrevistados

Cliente	Idade	Género	Nacionalidade	Atividade laboral antes da reclusão	Área de residência	Período de reclusão
A						
B						
C						
D						
E						
F						
G						
H						
I						

**Eixo 1 - Perceção do ex-reclusos da intervenção realizada em contexto prisional**

1. Como descreve o seu percurso escolar dentro do Estabelecimento Prisional?
2. Houve intervenção no âmbito da formação profissional? Como se desenvolveu o seu percurso no Estabelecimento Prisional?
3. O Estabelecimento Prisional tinha algum tipo de parceria com alguma instituição ou empresa no âmbito da atividade laboral?
4. Como descreve o seu contacto com a cultura e o desporto durante o cumprimento da sua pena?
5. Teve a oportunidade de desenvolver as suas competências pessoais e sociais dentro do Estabelecimento Prisional?
6. Como descreve o acompanhamento médico ao nível físico e psicológico dentro do EP?
7. Durante o cumprimento da sua pena de que forma manteve contacto com a sua família?
8. Qual a sua experiência relativamente à abertura da sociedade a acolher pessoas que estiveram na prisão?
9. Como acha que se poderia melhorar a integração de ex-reclusos na comunidade?
10. De um modo geral como descreve e avalia o seu processo de preparação para a liberdade?
11. Foi feito algum plano individual? Qual a sua participação na construção desse plano?

**Eixo 2 - Perceção dos ex-reclusos relativamente à intervenção feita na instituição**

12. Após o término da sua pena em estabelecimento prisional, como ficou a conhecer ou de que forma foi encaminhado para a instituição?
13. Qual o apoio/intervenção feita pela instituição na área da educação/formação profissional e na integração no mercado de trabalho?
14. Qual a preocupação da instituição relativamente ao acompanhamento da sua saúde?
15. Qual a sua situação de habitação? Que papel teve a instituição nesta dimensão?
16. Há uma articulação entre a instituição e a sua família de forma a fomentar e fortalecer os laços de parentesco entre si e os membros da sua família?
17. De que forma a instituição incentiva a sua participação em atividades de cultura e lazer?
18. Na instituição foi ou está a ser desenvolvido algum plano individual que estabeleça os seus objetivos em diversas áreas como mercado de trabalho, saúde, habitação, relações interpessoais, entre outras?

**Guião das Entrevistas aos Técnicos**

**Caracterização dos Entrevistados**

Profissional	Idade	Género	Área disciplinar	Função na equipa técnica	Nº de clientes que acompanha	Tempo laboral na instituição
A						
B						
C						
D						
E						

**Eixo 3 - Entrevista aos profissionais relativamente à intervenção feita na instituição O Companheiro**

1. Qual a sua área disciplinar e o seu papel na equipa técnica?
2. Quais os principais objetivos da sua intervenção com os clientes?
3. Como descreve a sua relação com os clientes e que características considera serem cruciais nesta relação?
4. Qual os principais obstáculos que sente na intervenção com os clientes?
5. Como lida com recaídas ou falta de motivação por parte dos clientes?
6. Quais as áreas de intervenção privilegiadas pela instituição no processo de Reinserção Social dos clientes?
7. De que forma é feita a intervenção nas diversas áreas mencionadas na questão anterior?
8. Existe uma preocupação por parte da instituição em sensibilizar a comunidade e desconstruir preconceitos? Como é desenvolvido este trabalho?
9. Existe um trabalho em rede na intervenção da instituição? (Comunidade, técnicos-clientes, técnicos-família, articulação com outras instituições) Descreva esta articulação entre a instituição e as várias dimensões essenciais da vida dos clientes.
10. Do seu ponto de vista acha que existe alguma área que está em falta e que deveria ser contemplada na intervenção da instituição?
11. É realizado um plano individual para cada cliente? Quais os seus objetivos e qual a participação do próprio cliente neste documento?



## CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre a Reinserção Social de Ex-reclusos e pretende compreender de que forma estes percecionam o processo de Reinserção Social no estabelecimento prisional e como este está organizado na comunidade.

O estudo é realizado por Inês Ferreira ([ainesaferreira@gmail.com](mailto:ainesaferreira@gmail.com)), que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste numa entrevista que poderá durar cerca de 45 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para compreender a sua precessão relativamente ao trabalho desenvolvido (durante a sua pena de prisão e após o término da mesma) com vista à sua Reinserção Social, a sua participação neste processo e quais as áreas privilegiadas no processo de Reinserção Social.

A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO

NÃO ACEITO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre a Reinserção Social de Ex-reclusos e pretende compreender de que forma estes percecionam o processo de Reinserção Social no estabelecimento prisional e como este está organizado na comunidade. Este estudo visa ainda identificar as áreas disciplinares da equipa técnica e sistematizar as áreas de intervenção privilegiadas pela instituição no processo de Reinserção Social.

O estudo é realizado por Inês Ferreira ([ainesaferreira@gmail.com](mailto:ainesaferreira@gmail.com)), que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste numa entrevista que poderá durar cerca de 30 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para compreender a sua precessão relativamente ao trabalho desenvolvido pela instituição com vista ao sucesso da Reinserção Social dos clientes e as dificuldades e obstáculos sentidos pelos técnicos.

A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO

NÃO ACEITO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_